

revista

movimento

crítica, teoria e ação

ano 8. nº38. mai. 2023.

revista
movimento
crítica, teoria e ação
ano 8. n.38. mai. 2023.



Editora
Movimento

Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina

Responsável Movimento Esquerda Socialista

Equipe editorial Bruno Magalhães, Israel Dutra, Pedro
Micussi e Thiago Aguiar

Projeto gráfico Adria Meira
Capa e diagramação Vittorio Audi

Periodicidade Mensal | 38ª edição. Ano 2023.

Autores que contribuem nesta edição: Antonio Cunha Neto, Blog Comunistas de Cuba, Bruna Porciúncula, Bruno Magalhães, Carolina Ucha, Celia Hart, David Deccache, Honório Oliveira, Israel Dutra, Leonardo Padura, Mónica Baltodano, Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL), Paula Alvarez, Pedro Fuentes, Thiago Aguiar.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 8, v.1, n.38 (mai. 2023).

Porto Alegre : Movimento, 2023.

Mensal.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo Brasil. 2. Marxismo Mundo.
3. Socialismo. 4. Política Brasil. 5. Política
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

2023

Índice

Cuba, Nicarágua e nossas lutas no Brasil <i>Bruno Magalhães</i>	6
--	---

Cuba

Cuba: entre a resistência e a resiliência <i>Bruna Porciúncula</i>	9
Cuba: a volta dos protestos <i>Blog Comunistas de Cuba</i>	21
Um grito <i>Leonardo Padura</i>	30
A bandeira de Coyoacán <i>Celia Hart</i>	34

Nicarágua

Pedro Fuentes entrevista Mónica Baltodano <i>Pedro Fuentes e Mónica Baltodano</i>	40
O giro autoritário de Daniel Ortega e da Frente Sandinista <i>Antonio Cunha Neto e Carolina Ucha</i>	56
Os “processos de Manágua” <i>Israel Dutra</i>	62

Colômbia

Petro dá um passo importante na reforma do gabinete: a Colômbia cruzará o Rubicão? <i>Pedro Fuentes</i>	73
--	----

“Petro fez algo que as últimas gerações não haviam
experimentado” – Entrevista com Paula Alvarez 77
Israel Dutra

Brasil

Dois caminhos 98
Israel Dutra e Thiago Aguiar

Equipe econômica pretende revogar os pisos da saúde e
educação por conta do novo arcabouço 102
David Deccache

Por um mundo ecossocialista! 104
Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL)

Homenagem

A última batalha de David 109
Honório Oliveira

Cuba, Nicarágua e nossas lutas no Brasil

Bruno Magalhães¹

Nesta edição, apresentamos principalmente análises sobre a situação atual de duas revoluções históricas latino-americanas nas quais em algum momento o povo deu a última palavra. Hoje a contraditória situação de Cuba e a traição completa vivenciada na Nicarágua nos chamam a refletir sobre estes dois processos e sua situação atual, prestando sempre solidariedade a suas corajosas classes trabalhadoras.

Primeiramente, apresentamos o texto “Cuba: entre a resistência e a resiliência”, de Bruna Porciúncula, fruto de viagem à Cuba e do encontro com o histórico trotskista cubano Juan León Ferrera. Na sequência, o comunicado “Cuba: a volta dos protestos”, do Blog Comunistas de Cuba, sobre as manifestações de maio deste ano. Ainda sobre Cuba, reproduzimos o artigo “Um Grito”, de Leonardo Padura, sobre os protestos populares de 2021 na ilha, e “A bandeira de Coyoacan”, publicado em 2003 pela trotskista cubana Célia Hart em homenagem ao legado do revolucionário russo.

Vamos então à Nicarágua, refletindo a recente viagem da ex-comandante guerrilheira nicaraguense Mónica Baltodano, que esteve no Brasil a convite do MES/PSOL, e outros parceiros para denunciar a ditadura de Daniel Ortega. Para refletir esta importante iniciativa, publicamos “Pedro Fuentes entrevista Mónica Baltodano”, fruto de uma proveitosa conversa entre os dois dirigentes. Continuamos então com “O giro autoritário de Daniel Ortega e da Frente Sandinista”, de Antônio Neto e Carolina Ucha, e “Os processos de Manágua”, de Israel Dutra.

Sobre a Colômbia e as recentes movimentações do presidente Petro desde seu *balcón*, trazemos “Petro dá um passo importan-

¹ Historiador, editor da *Revista Movimento* e dirigente do MES/PSOL.

te”, de Pedro Fuentes, além da “Entrevista com Paula Alvarez”, transcrição da conversa da dirigente colombiana com Israel Dutra.

Sobre o Brasil, o editorial da *Revista Movimento* “Dois caminhos”, escrito por Israel Dutra e Thiago Aguiar, registra o impasse atual da situação política brasileira, e o texto “Equipe econômica pretende revogar os pisos da saúde e educação por conta do novo arcabouço”, pelo importante economista psolista David Deccache, faz a denúncia dos reflexos da proposta de ajuste fiscal

Por fim, registramos o documento nacional do MES/PSOL, “Por um mundo ecossocialista”, apresentado na Conferência da Amazônia realizada pelo partido, e a bela homenagem póstuma de Honório Oliveira ao companheiro David Miranda em “A última batalha de David”.

Boa leitura!

Cuba

Cuba: entre a resistência e a resiliência

Bruna Porciúncula¹

A imponente porta de madeira está trancada. Pelas frestas de uma fechadura improvisada, pouco se vê o mundo que a abertura, cuja beleza foi desgastada pelo tempo, protege do outro lado. Calle Monte, 12. A mulher que vive ao lado se oferece para abrir a porta, enquanto orienta o filho pequeno a manter-se dentro do que se pode chamar de um apartamento térreo, com acesso direto à calçada, iluminação precária, piso corroído e paredes so-turnas. Calle Monte, uma das tantas ruas de Havana em que não há contraste entre riqueza e pobreza, mas o domínio absoluto da precariedade.

No número 12 dessa caótica via central de Havana vive um desses homens que desafiaram o regime de Fulgêncio Batista e o imperialismo norte-americano sobre a ilha, porém, sem uma história tão convergente e resiliente com os rumos que a Revolução Cubana de 1959 foi tomando ao longo dos anos. Juan León Ferrera é um trotskista. Tem 81 anos, a visão comprometida por um glaucoma, mas vigor para subir os dois lances generosos de escadas que separam a enorme porta do edifício e o apartamento que divide com a mulher, Irma Palenzuela, no segundo andar. O condicionamento físico vem de uma rotina regrada, sem álcool e distante dos charutos.

- É fundamental fazer exercícios e comer bem. Já que em Cuba não há muita comida, me cabe fazer exercícios - ensina o revolucionário, permitindo-se um breve momento de zombaria diante da realidade que o cerca, antes de completar:

- A luta também é um complemento para prolongar a vida e sentir-se forte.

A longevidade dos pais contribui com a premissa – a mãe,

¹ Jornalista.

Guarina, morreu centenária, e o pai, Idalberto, aos 95 anos. Ambos militantes comunistas trotskistas de forte atuação na organização dos trabalhadores cubanos nos 1930 e durante a Revolução de 1959 e anos precedentes.

Ferrera costuma dizer, quando indagado sobre o início de sua escolha ideológica, que é um trotskista desde “os testículos de meu pai e da barriga de minha mãe”. Nasceu quando a casa dos pais servia de sede para reuniões políticas, incluindo os encontros clandestinos do Movimento de 26 de Julio, protagonista da revolução. Na ilha de Fidel, ele é atualmente uma voz quase solitária das ideias de León Trotsky e sem dúvidas uma das mais experientes do país. Alguns artigos e reportagens aplicam a seu nome o aposto de único integrante do Partido Obrero Revolucionário Trotskista – POR-T vivo. Fato é que há poucos declaradamente trotskistas em Cuba e agregá-los em um grupo coeso não é tarefa simples, ainda que não impossível, porque existem militantes dispostos a isso, apesar do receio por conta da repressão do Estado e de toda a dificuldade que acompanha aqueles que levantam o tom contra o que lhes desagrada no governo cubano. Entre militantes mais velhos, ano a ano, essa frente trotskista se reduz. Em meados da década de 1990, durante trabalho de campo para sua tese de doutorado, “O Trotskismo na Revolução dos Anos 30”, o professor de História da Universidade de Santiago de Cuba Rafael Soler peregrinou pela ilha e encontrou menos de 40 veteranos do trotskismo cubano.

Ferrera é militante desde os 10 anos, idade em que começou a participar de manifestações e freqüentar, ao lado dos pais, reuniões sindicais de trabalhadores de diferentes setores, incluindo os da produção açucareira, por anos a mais importante no espectro econômico de Cuba. Vivia com a família em Santiago de Cuba. No período da revolução, o trabalho se dava mais na região de Guantánamo, historicamente um terreno muito promissor para o trotskismo. Nos anos 1930, foi a região em que essa linha po-

lítica obteve mais sucesso em Cuba, à época, como o Partido Bolchevique Leninista (PBL), que, após a Revolução Cubana de 1959 seria restituído como Partido Obrero Revolucionário (Trotskista) – POR (T).

Naqueles anos, os trotskistas estavam à frente do maior sindicato da Federação de Trabalhadores de Havana, o Sindicato Geral de Empregados do Comércio de Cuba, que reunia em torno de 7 mil trabalhadores do setor hoteleiro, de bares, restaurantes e lojas. Também controlavam as filiais locais em Matanzas dos sindicatos dos empregados do comércio e de padeiros. Mas em Guantánamo, os trotskistas estavam no comando da maioria dos sindicatos dos trabalhadores do setor de café e de nada menos do que sete das nove centrais regionais do Sindicato dos Trabalhadores Açucareiros de Guantánamo, além de frações menores dentro das organizações de portuários e ferroviários. O Partido Comunista tinha apenas duas centrais sob seu domínio.

Então, Guantánamo tem um histórico de boa paragem às ideias trotskistas no período, mesmo que tenham ocorrido revezes importantes ao longo dos anos 1950 com a adaptação do programa que defendiam aos ideais daquilo que parte dos militantes chamava de “luta nacionalista pequeno-burguesa” em Cuba. Muitos desses trotskistas ajudariam na organização social contra a ditadura de Fulgêncio Batista e dariam contribuições importantes à revolução, sobretudo no apontamento da baixa consciência política da classe trabalhadora e das próprias lideranças do Movimento 26 de Julho (M26J).

Ferrera esteve nas frentes de luta de Sierra Maestra entre seus 16, 17 anos, assim como o pai, que ia e voltava buscando armamentos e trabalhou diretamente na implementação de uma base de rádio na Sierra Maestra, fundamental na organização e para a comunicação da insurreição liderada por Fidel Castro. E mais, tinham a disposição de distribuir livros com orientação socialista. De Lênin a Trotsky. Porque era evidente a carência de conheci-

mento político sobre uma proposta revolucionária. Nas suas memórias sobre os tempos insurgentes, o velho revolucionário não hesita ao dizer que fora seu grupo político o responsável por levar boa parte do conhecimento socialista a que alguns “comandantes” tiveram acesso, incluindo aí o próprio Che Guevara, que em uma de suas manifestações públicas chegou a reconhecer a falta de base teórica mais aprofundada entre os revolucionários, apesar da “excepcional coragem” que tinham para se lançarem à luta.

A Revolução Cubana liderada por Fidel Castro foi inicialmente uma revolução democrática, não havia uma ligação a ideais socialistas claramente. Isso só ocorreria por volta de 1961. Ferrera lembra que poucos conheciam a literatura básica dos revolucionários russos, e isso, sob o ponto de vista de formação militante e de organização, apresentava suas consequências.

- Se não se aprende a teoria, limita-se a prática revolucionária. Teoria é algo fundamental, mas se tu não ligas a teoria à prática, e vice-versa, tudo se estanca – avalia.

Foram os conhecimentos aprofundados das teorias trotskistas e a observação direta dos movimentos internos do governo revolucionário que engendraram as insatisfações nos anos seguintes a 1959. Inicialmente, a revolução assegurou uma reforma agrária nunca antes vista no país e em proporções inéditas na América Latina, assim como uma expropriação massiva da burguesia e a estatização de setores fundamentais, como transporte e energia. A Havana de hoje evidencia que houve ali uma revolução urbana de tamanha ordem que não se sabe de algo similar na América Latina no século passado. O povo ocupou o lugar privilegiado das residências burguesas e todos os espaços da cidade. Verdade que essa configuração vem sofrendo mudanças impostas pelos investimentos capitalistas do turismo, formatando bairros melhores do que outros e áreas mais estruturadas do que outras, criando uma periferia ao modo cubano, em que tudo parece misturado, mas nem tudo se mistura.

Apesar de avanços para a população, a política adotada pelo governo revolucionário nos primeiros anos foi aos poucos se aproximando do stalinismo, com condutas questionáveis por parte dos trotskistas especialmente no que se refere ao tratamento da classe trabalhadora. A interferência direta do Estado nas esferas sindicais foi se aprofundando, e isso engessava a luta dos trabalhadores. Como atuar sem liberdade e independência sindical? E como garantir que a classe trabalhadora firmaria ainda mais seu apoio ao governo revolucionário se cada vez ficava mais clara a intervenção do Estado nos sindicatos. Os próprios dirigentes sindicais do M26J que haviam conquistado 1,8 mil sindicatos nas primeiras eleições pós-revolução se opunham à imposição de listas únicas de dirigentes ou quaisquer outras medidas de controle por parte do Estado. Em razão disso, Castro chegou a determinar um novo comitê executivo da Central dos Trabalhadores de Cuba, o que causou um afastamento massivo dos eleitos (ver Daniel Gaido e Constanza Valera, “Trotskismo Y Guevarismo en La Revolución Cubana”).

A todos os questionamentos dos trotskistas coube reação por parte dos stalinistas que ganhavam espaço nas esferas de poder. A perseguição e a repressão ao Partido Obrero Revolucionário Trotskista (POR-T) se estabeleceu primeiro com uma ação muito bem organizada de desmoralização do grupo, acusado de contrarrevolucionário e de instigar a agressão norte-americana à ilha. Che Guevara chegou a insinuar que a sede do grupo em Guantánamo, próximo à base naval americana, não era mera coincidência, mas uma estratégia para, a partir dali, criar desentendimentos. Uma das emblemáticas investidas do Partido Comunista Cubano (PSP) contra os trotskistas deu-se durante o 1º Congresso Latino-Americano da Juventude, em 1960 (ver Daniel Gaido e Constanza Valera, “Trotskismo Y Guevarismo en La Revolución Cubana”).

Diante das acusações de que os trotskistas incitavam agressões por parte dos Estados Unidos, Juan León Ferrera, vestido com uniforme do Exército Revolucionário, distribuiu a delegados do congresso um folheto com a versão trotskista dos fatos, rebatendo as calúnias. Os panfletos, folhetos e especialmente o jornal *Voz Proletária*, editado pelo pai de Ferrera na Calle Monte 12, foram as ferramentas do POR-T para levar as ideias e insatisfações da classe trabalhadora diante de um governo contaminado pelo stalinismo e seu caráter burocrático, que prejudicava a participação da classe trabalhadora nas decisões e, inclusive, comprometia a luta desta pelo controle dos processos de produção e organização do trabalho.

A repressão aos trotskistas ampliou-se e rendeu demissões de dirigentes, mudança arbitrária de trabalhadores de seus locais de trabalho, o confisco do jornal *Voz Proletária*, que por ordem do governo foi proibido de circular, e a prisão, sob o pretexto do risco contrarrevolucionário, de alguns desses militantes. Ferrera também foi detido e enviado a uma fábrica de metalurgia. Seria uma pena real, não fosse ele um entusiasta da mobilização das massas e convicto do papel crucial dos trabalhadores nas transformações sociais.

- Achavam que estavam me dando um castigo, quando na verdade me fizeram um favor – conta Ferrera.

Como seus companheiros trotskistas, ele trabalhou pesado na geração das riquezas do período imediato à revolução. Carregava quilos e mais quilos de metal na fábrica e destacou-se pelo desempenho no trabalho, assim como ocorrera também quando se dedicou ao corte de cana-de-açúcar, atividade que dividiu com Che Guevara em muitas ocasiões. A memória dessa parceria de trabalho é uma das que marejam os olhos do velho revolucionário, que ficou conhecido também como “o massagista de Che”. Depois das jornadas estafantes de trabalho, não raro o comandante argentino sentia terríveis dores nas costas e recebia a ajuda

terapêutica que lhe aliviava o desconforto físico pelos excessos laborais. A proximidade com Che permitiu que Ferrera debatesse ideias com o líder revolucionário e percebesse que, apesar de Che não ser um trotskysta declarado, conscientizava-se pouco a pouco do crescimento da burocracia nos comandos do governo.

À época da prisão do grupo de Ferrera, Che Guevara já assumia um papel mais desgarrado do governo, com propósitos de expandir a ação revolucionária para outros países e com mais nitidez da burocratização. O comandante argentino passou a protagonizar embates com os stalinistas, o mais evidente quando houve disputa pela imprensa nacional, em um episódio que causou a renúncia de Gabriel García Márquez e a expulsão de Jorge Ricardo Masetti, um histórico jornalista apoiador da Revolução e ligado a Che, para a acomodação de integrantes do Partido Comunista Cubano nos cargos de gerência na imprensa nacional. Tudo isso com direito a atentados e sabotagem por parte dos comunistas na disputa pelo poder. Che também voltaria sua crítica às escolhas econômicas do governo, alinhado cada vez mais a Moscou e impingindo um caráter burguês ao trabalho.

A amizade de Ferrera com Che foi determinante na intervenção direta de Guevara na libertação de trotskistas. Ele ordenou a liberdade do grupo tão logo soube que o ex-companheiro de corte de cana estava detido. As desavenças de Che e o governo de Fidel não estavam tão explícitas, mas eram facilmente traduzidas no distanciamento do revolucionário argentino das instâncias do poder.

O *apartheid* cubano

Prestes a completar 65 anos no poder, o Partido Comunista Cubano enfrenta mais um momento delicado quanto ao apoio popular. Como regra, os salários estão muito baixos – os cargos de Estado pagam em torno de 2 mil pesos mensais, o que não supre as necessidades essenciais desse período -, o sistema de

saúde, tão difundido mundo afora como eficaz e democrático, já não presta o mesmo atendimento, e as pessoas têm dificuldades de abastecimento de comida e medicamentos, além de uma inflação que, em 2022, passou de 34%, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal).

A isso, somam-se os efeitos mundiais da pandemia de covid-19. Nas ruas, se a pergunta for “como estão as coisas?”, os cubanos não titubeiam em comparar a atual situação ao chamado Período Especial, uma referência ao começo dos anos 1990 em que houve a derrocada da União Soviética, principal provedor do regime cubano. A situação impôs à população uma crise econômica severa, com insegurança alimentar, perda do poder de compra, racionamentos e aumento expressivo da prostituição.

Os países do bloco socialista europeu eram o principal destino dos produtos primários cubanos, como açúcar e tabaco, e, de lá, o país caribenho importava, a preços mais baixos do que o mercado internacional, produtos industrializados e combustíveis. Diante do embargo econômico aplicado pelos Estados Unidos à ilha, as relações político-econômicas com o bloco soviético, além de países como China e Canadá e parceiros da América Latina, garantiram uma alternativa à manutenção do regime e da economia do país. Mas o fim da Guerra Fria moldou uma situação econômica dramática em Cuba, que desde a Revolução de 1959 já convivia com um déficit na balança comercial (Maurício Santoro, 2010). O PIB despencou 36% entre 1990 e 1994, as exportações, 80%.

A população foi submetida à austeridade dos tempos. O governo se viu obrigado a abrir caminho para empresas privadas estrangeiras investirem no país. Seguiu uma linha semelhante à adotada na China e no Vietnã, com investimentos estrangeiros via joint-ventures, em que o Estado assume 50% do negócio.

Foi no Período Especial que Cuba impulsionou o turismo, a tal ponto que o setor passou a ser uma das principais ativi-

dades econômicas do país, desbancando a produção açucareira. Somente em 2019, a ilha recebeu mais de 4 milhões de turistas. Em Havana, atualmente, é esse ramo que garante a sobrevivência de uma parcela considerável da população. Muitas famílias estão empregadas ou trabalhando em atividades relacionadas ao turismo, seja hospedando estrangeiros em suas próprias casas, seja atuando na rede hoteleira, em restaurantes, bares, casas noturnas ou no transporte, serviço que merece um olhar especial.

Em Cuba, a população não conta com transporte por aplicativos, mas fez desse serviço uma fonte de renda a sua maneira, e o trânsito pode ser uma boa paródia do cotidiano dos cubanos de Havana. A frota estacionou nos anos 1950 e mistura modelos norte-americanos charmosos, como Cadillac, aos de traços espartanos dos veículos Lada, de fabricação soviética. Todos velhos e circulando em condições improvisadas, para não se dizer perigosas. Os conversíveis antigos americanos, que estampam toda sorte de souvenirs de Cuba e já são uma espécie de patrimônio local, ficam restritos, em sua maioria, à oferta de passeios aos turistas, cujos dólares e euros são o passaporte para a experiência de rodar pelo Malecón, a avenida que corta a beira-mar de Havana, com um prestativo motorista que também faz as vezes de fotógrafo. Os visitantes estrangeiros também podem optar pelos *coco táxis*, triciclos com motor de arranque muito semelhantes aos *tuc-tucs*, carros de três rodas populares na Índia. Há *coco táxis* para turistas e *coco táxis* para cubanos. Há, sobretudo, uma Cuba para turistas e uma Cuba para cubanos, ao que um taxista definiu como *apartheid cubano*. O turismo e tudo aquilo que a ele serve não condizem com o que está à mão da maioria da população, e aos cubanos resta apoiar-se no setor para driblar a carência. Os salários defasados e a economia estagnada, com uma inflação altíssima, tornam a vida um tanto difícil.

Nota-se um agravamento em certos setores a ponto de comprometer algo que sempre orgulhou muito os defensores do re-

gime de Fidel: a falta de miseráveis nas ruas das maiores cidades do país. A carência de alimentos e o baixo poder de compra dos salários aos poucos reconfiguram essa realidade, muito sutil ao olhar dos turistas, sempre privilegiados em serviços, mas cara aos moradores. “Não se passava fome em Cuba, agora já estamos vivendo essa condição”, conta o taxista de Havana, cuja renda familiar seria insuficiente para prover ele e a mulher aposentada se não contasse com a dedicação de horas e horas no trânsito buscando e levando turistas.

Mercadorias básicas não chegam ao povo, mas estão mais disponíveis a uma burguesia apoiada pelo próprio governo. Trata-se de uma parcela da burocracia que está tomando conta de serviços na área hoteleira e de gastronomia. No comando desses negócios, estão muitos jovens, filhos dessa burocracia que pouco ou quase nada se interessam pela política e vislumbram um modelo de vida que está mais relacionado ao capitalismo norte-americano do que à manutenção de um sistema “socialista”, considerado por eles algo estagnado e ilusório sob o ponto de vista de benefícios para os trabalhadores. Não é difícil encontrar entre os jovens trabalhadores de Cuba aqueles que se dividem em vários ofícios para tentar juntar recursos e ir morar nos Estados Unidos.

Reação do povo, repressão do governo

A indignação com a inércia do governo frente à crise econômica e a nitidez crescente da desigualdade de condições de vida entre povo e burocracia estatal têm provocado reações na população. Em 2021, uma série de protestos tomou as ruas de Havana e de outras 50 províncias, com dezenas de confrontos e centenas de pessoas detidas pela polícia. Pelo menos 500 foram condenadas à prisão em razão das manifestações, as maiores ocorridas no país desde 1959. O governo negou-se a reconhecer o caráter espontâneo dos protestos e creditou-os a uma orquestração dos Estados Unidos para pressionar a libertação de presos políticos.

Em 2022, o parlamento cubano aprovou um novo Código Penal, em que tornava ainda mais rigorosas as penas por “participação em atividades subversivas”, em evidente tentativa de conter manifestações. Um ano depois desses protestos históricos, ainda havia cerca de 700 pessoas presas pela participação nos atos, mas a população de Havana encorajou-se novamente a protestar quando, em pleno verão de 2022, sofria com a recorrente falta de abastecimento de energia elétrica, os ditos apagões, que castigavam principalmente os bairros mais pobres. O governo permaneceu sem responder aos anseios da população e ainda impôs repressão forte.

Neste ano, a comunidade de Caimanera, em Guantánamo, levou cerca de 500 pessoas às ruas, no esteio das comemorações do Dia do Trabalhador, que, pela primeira vez, não foi celebrado com os tradicionais desfiles públicos. O governo alegou falta de combustível e, em Caimanera, as previsões de tempo ruim foram a justificativa para adiar a comemoração para 5 de maio, um dia antes dos protestos. Há hipóteses de que todas as explicações não passam de desculpas do governo para acobertar sua estratégia de manter o povo longe das ruas e evitar uma conexão entre todas as insatisfações. Ainda que já seja um avanço esses protestos terem ocorrido, sabe-se que falta a esses movimentos uma organização que os aglutine de modo mais permanente. Que cheguem às ruas, mas que não se extingam nelas. Há costuras importantes a fazer para que a voz do povo cubano reverbere como mudança real nas condições de vida. Entre os desafios está envolver a juventude de modo que ela seja crítica sem que a direita burocrática a capitule. Também é necessário um trabalho de direção nas classes trabalhadoras com a conscientização do poder que elas têm nas transformações, algo nada simples quando se vê uma massa em luta diária pela sobrevivência ou para sair do país.

Aos olhos de León Ferrera, todo esse descontentamento poderia ser o princípio de uma reorganização à revelia da interfe-

rência do governo e de todas as artimanhas que usa para barrar qualquer iniciativa que mobilize os trabalhadores. Do número 12 da Calle Monte, ele acredita que “quando o proletariado se apaixonou por uma causa, as coisas mudam”. No entanto, a atual falta de lideranças políticas para que se constituam movimentos sociais organizados, que sejam críticos ao governo e não anárquicos e suscetíveis aos oportunistas, deixa mais nítido o risco de uma desordem geral do que a possibilidade de criação de uma alternativa ao regime do governo, que não se mostra disposto a abrir diálogo com as insatisfações do povo, mantendo seu mesmo *modus operandi* de criminalizá-las, reprimi-las e aprisioná-las na pecha da contrarrevolução. Em Cuba, as ideias também vivem numa ilha.

Cuba: a volta dos protestos¹

Blog Comunistas de Cuba

Ontem, sábado, 6 de maio, houve protestos populares no município de Caimanera, Guantánamo, Cuba. Cerca de 500 pessoas saíram às ruas e foram até a sede municipal do Partido Comunista basicamente exigindo alimentos – uma necessidade humana básica. Caimanera é um município localizado em uma das províncias mais devastadas economicamente. Caimanera também tem a grande peculiaridade de ter em seu território a instalação militar norte-americana da Base Naval de Guantánamo. Essa condição única levou o governo cubano a tentar oferecer uma oferta melhor no cartão de racionamento em comparação com o resto do país. No entanto, o protesto deixa claro que a crise econômica atingiu em cheio e Caimanera está em uma situação crítica semelhante à do restante de Guantánamo. Ao mesmo tempo, para entender os protestos de ontem, um aspecto político a ser lembrado é que Caimanera estava entre os três municípios com a maior taxa de abstenção nas últimas eleições legislativas.

No dia anterior aos protestos de Caimanera, foi realizado o desfile do Primeiro de Maio, adiado pelo governo cubano devido à suposta “instabilidade climática”. No entanto, os protestos de Caimanera demonstraram que um dos verdadeiros motivos pelos quais o governo cubano adiou o desfile do Primeiro de Maio foi o medo de protestos populares. Assim, com exceção dos anos de pandemia, o Primeiro de Maio de 2023 foi a primeira vez em Cuba, desde o triunfo da Revolução, que o desfile clássico do Dia Internacional da Classe Trabalhadora foi suspenso.

É chocante que, apenas um dia após o comício do Dia de Maio da burocracia, tenha ocorrido um protesto espontâneo contra o governo que conseguiu mobilizar quase mil pessoas. Isso expõe

¹ Artigo originalmente publicado em: <https://www.comunistascuba.org/2023/05/cuba-vuelven-las-protestas-apuntes.html>.

a fragilidade política da burocracia no poder e a falsidade de seu discurso: os protestos em Caimanera não foram contidos por aqueles que marcharam no Primeiro de Maio, mas reprimidos pelos militares e pela polícia.

Os protestos em Caimanera iniciam o ciclo de manifestações contra o governo em 2023

Após a explosão popular fortemente reprimida de 11 de julho de 2021, Cuba experimentou contínuos protestos espontâneos que, no ano passado, começaram em 14 de julho, no município de Los Palacios, província de Pinar del Rio. Após os protestos em Los Palacios – um município mergulhado em total precariedade – eventos semelhantes continuaram em diferentes províncias, chegando ao ponto de, em agosto, haver praticamente uma manifestação antigovernamental por semana. O auge dos protestos em 2022 ocorreu quando, em 29 de setembro, eclodiram manifestações em Havana, com bloqueios de ruas nos bairros mais precários, impedindo até mesmo a entrada de um trem na capital cubana. Os protestos na capital duraram até o início de outubro, extinguindo-se com a mesma espontaneidade com que começaram.

Assim terminou um ciclo de protestos que ressurgirá em 2023, com força no verão e no início do outono. O fato de o consumo de eletricidade aumentar no verão causa apagões, uma situação que se estende até o outono tropical. Essa é uma faísca que foi fundamental para os protestos de 5 de agosto de 1994, 11 de julho de 2021 e a cadeia de manifestações de julho até o início de outubro de 2022. Além da escassez de alimentos e do aumento dos preços dos alimentos, o gatilho imediato para os protestos de 2022 foram as prolongadas interrupções de energia, algumas das quais duraram até doze horas. Os popularmente conhecidos “apagões” atingiram mais fortemente os bairros precários, mas não as áreas

onde se concentram as mansões da burocracia governante e da burguesia em ascensão.

Este ano, o governo cubano, a fim de aliviar a crise energética que se aproxima e suas consequências, alocou uma quantidade significativa de combustível escasso para manter as usinas termelétricas. Isso está ocorrendo em meio a uma profunda crise de abastecimento de combustível porque os parceiros comerciais de Cuba não conseguiram entregar petróleo, gasolina e gás. Em outras palavras, no verão, o governo cubano será forçado a priorizar o transporte ou a eletricidade – uma estratégia que já está sendo empregada.

Chama a atenção nos protestos de Caimanera o fato de que, desta vez, não foi necessário chegar ao ponto crítico gerado pelos longos apagões. Foi a escassez de alimentos que provocou a explosão em Caimanera, algo que pode ser visto em um de seus principais slogans: “comida”. A escassez de alimentos em Cuba está piorando cada vez mais, tornando-se quase impossível de ser imaginada do exterior.

Um aspecto muito importante a ser levado em conta é que a ascensão da burguesia nacional, diretamente estimulada pela burocracia no poder, está ocorrendo no setor de serviços. O setor econômico privado tornou-se hegemônico na gastronomia e está se expandindo cada vez mais na venda de alimentos, causando o armazenamento de produtos básicos da dieta cubana, como arroz, óleo, pão e ovos, sendo que a carne tem um preço quase proibitivo. A escassez e a especulação de preços estão ocorrendo em uma classe trabalhadora que está vendo o poder de compra de seu salário cair cada vez mais. De acordo com as estatísticas oficiais, o salário médio em Cuba, na taxa de câmbio atual, é equivalente a 21 dólares.

Enquanto o governo cubano reduz a oferta de alimentos, ele entrega a gastronomia à burguesia. A maior parte dos suprimentos é retirada dos restaurantes, bares e lanchonetes estatais, dan-

do aos seus trabalhadores a “oportunidade” de transformar seus locais de trabalho em seus próprios negócios. Não é de se surpreender que, com um salário médio de 21 dólares por mês, os trabalhadores desses locais de trabalho não tenham capital para administrar o restaurante, o bar ou a cafeteria por conta própria. A típica pessoa rica aparece e propõe ao governo local transformar o estabelecimento em uma empresa privada. Embora não seja realmente a origem da burguesia que importa, mas o fato de ser burguesa em si, é digno de nota que a licitação dessas instalações estatais não seja feita de forma pública, a decisão sobre quem deve entregar a propriedade estatal é tomada de acordo com a conveniência da burocracia neocapitalista. O resultado dessa política é a piora das condições de vida da classe trabalhadora: uma burguesia crescente no setor de alimentos só leva à especulação de preços, que já são inacessíveis para uma família da classe trabalhadora. Mais uma vez, fica claro que somente o controle da classe trabalhadora sobre os meios de produção é o único caminho para o benefício direto da classe trabalhadora.

A burocracia dominante cubana, que antes se orgulhava do progresso da produção de alimentos ou da industrialização, publicando os resultados na imprensa, agora, mensalmente, divulga o crescimento das empresas capitalistas sob o eufemismo de MPMEs.

A burocracia governante cubana está se movendo decisivamente em direção à restauração capitalista, implementando o modelo sino-vietnamita, ou seja, continuando no poder como um partido nominalmente comunista, administrando uma economia capitalista. Se a transição para o capitalismo implica, em todos os casos, uma política de choque, no caso cubano é pior, porque foi acompanhada por uma profunda crise econômica provocada, em grande parte, por fatores externos. A guerra na Rússia – país do qual Cuba é economicamente dependente – causou aumentos nos preços internacionais, com um grave impacto

sobre os alimentos e o combustível. Como resultado, a economia cubana, abalada após dois anos de pandemia, com uma séria queda no turismo – sua principal atividade econômica – não teve a chance de se recuperar e causar um impacto positivo nas condições de vida da classe trabalhadora. Pelo contrário: as condições de vida da classe trabalhadora cubana estão se deteriorando cada vez mais. Isso, somado às más decisões do governo cubano e à restauração do capitalismo, causa um cenário calamitoso para a classe trabalhadora, que está mergulhada na escassez de alimentos e no aumento dos preços, só superado pela crise econômica dos anos 90 – produzida pela queda da União Soviética.

O avanço da apatia política e do anticomunismo

Paradoxalmente, a propaganda da burocracia cubana ajudou a juventude a aumentar sua apatia política e aversão a qualquer expressão socialista. Os jovens, principalmente os nascidos depois de 1995 – e mais fortemente a partir de 2000 – têm visto desde o início da vida adulta, e muitos desde a adolescência e a infância, um país que só está regredindo economicamente e onde as conquistas do socialismo estão sendo desmanteladas. Os nascidos depois de 1995 tinham apenas 11 anos de idade quando Fidel Castro deixou o poder em 2006 e aproximadamente 14 anos quando Raúl Castro iniciou o processo de reformas liberais. De acordo com as reformas econômicas capitalistas em ascensão, o socialismo está sendo desmantelado e a propaganda política está se tornando cada vez mais burocratizada e estranha à maioria dos jovens. É do interesse da burocracia cubana ter uma juventude, se não leal a ela, pelo menos completamente alienada da política. Como resultado, a juventude cubana, guiada pelo senso comum reacionário que se impõe em tempos de crise e avanço do capitalismo, vê o “socialismo” como um sistema econômico inepto e caótico, que gera escassez e empobrecimento. Na realidade, os jovens cubanos estão vendo apenas um prólogo médio-

cre do capitalismo subdesenvolvido. Incapaz de levar a cabo um capitalismo bem-sucedido e diante do descontentamento popular resultante, a burocracia governante cubana aumentou a repressão e a censura. Com essa política, ela fez com que amplos setores da juventude vissem o socialismo não apenas como um sistema economicamente inviável, mas também como intrinsecamente autoritário e antidemocrático.

Diante disso, os grupos contrarrevolucionários anticomunistas encontram terreno fértil – a contrarrevolução é definida como o amplo espectro social e político formado por todas as organizações, instituições e indivíduos que são a favor da restauração do capitalismo e, portanto, contra qualquer tentativa de revolução. Essas organizações e sua ideologia são apresentadas como a alternativa ao sistema cubano. Embora essas organizações sejam extremamente fracas, seu discurso anticomunista, fértil no senso comum dos setores precários, faz com que, nos protestos populares contra a burocracia cubana, sejam impostos slogans de direita. A isso se soma a impossibilidade momentânea de que não exista uma alternativa socialista real. Em vista disso, aqueles que participam dos protestos legítimos se encontram armados apenas com slogans anticomunistas que dão cobertura política às demandas populares. Por esse motivo, nos protestos de Caimanera, os slogans anticomunistas prevaleceram. Isso não significa que aqueles que participaram dos protestos eram anticomunistas, mas que esses trabalhadores não tinham uma proposta socialista como instrumento político para enfrentar a burocracia dominante.

Ao mesmo tempo, a repressão estatal dificulta muito a organização de uma proposta socialista militante. A força do Estado cubano é tão forte que sua repressão não exige o desaparecimento físico dos oponentes, a tortura e as execuções extrajudiciais. Nos locais de trabalho estatais, qualquer dissidência é isolada pela administração e pelo PCC. Isso aumenta o medo dos traba-

lhadores de represálias e, portanto, eles tentam se distanciar de qualquer pessoa que se oponha à burocracia dominante.

A proibição expressa de outras organizações, a impossibilidade de disseminar propaganda política crítica de forma física, de se reunir legalmente para articular propostas independentes ou de fazer críticas abertas pela imprensa – os jornalistas da imprensa privada crítica estão expostos a forte pressão e assédio dos mecanismos repressivos do Estado – significa que qualquer tentativa de luta socialista contra a burocracia governante cubana ocorre em um cenário de semi-clandestinidade. Por outro lado, as décadas de burocratização política desmobilizaram a classe trabalhadora cubana, provocando o crescimento da apatia e do medo de qualquer proposta de oposição.

Em grande medida, esse é um dos principais motivos da espontaneidade dos protestos populares que vêm ocorrendo em Cuba desde 11 de julho de 2021. O medo de se organizar faz com que aqueles que participam dos protestos se juntem a eles apenas no momento catártico da manifestação, diluídos na proteção oferecida pelas massas. Posteriormente, a grande maioria dos manifestantes não chega a se organizar, e a polícia detém indiscriminadamente os participantes que se destacam no protesto ou aleatoriamente qualquer pessoa que consegue identificar nos vídeos.

Nessa ocasião, os protestos foram tratados com o mesmo padrão de 2022: as autoridades inicialmente demonstraram diálogo, mas depois deram lugar à repressão. Ao mesmo tempo, repetiu-se a prática de cortar a Internet em nível nacional, o que não foi feito imediatamente, mas progressivamente. Dessa forma, a comunicação é prejudicada e não se sabe, em nível nacional, que os protestos estão ocorrendo. Embora o direito de manifestação esteja incluído na Constituição de 2019, nenhuma legislação foi implementada. Assim, qualquer protesto no espaço público é criminalizado e reprimido.

Possíveis consequências

Uma explosão social de magnitude semelhante à de 11 de julho – ou maior – é um fato latente do qual a burocracia governante está ciente, mas, consistente com sua ideologia, o governo cubano não sabe como impedi-la, vendo apenas a repressão como resposta.

Ao mesmo tempo, a queda do governo cubano como resultado de uma rebelião popular provocaria ou um golpe militar, instalando um governo de generais de direita, que aplicaria imediatamente a restauração capitalista, ou o triunfo de uma ditadura anticomunista controlada pelos Estados Unidos e a atual contrarrevolução interna. Entretanto, isso não quer dizer que a esquerda crítica cubana deva se confrontar com os protestos populares, nem negá-los: muito pelo contrário. A militância socialista deve estar lá, ao lado dos setores precários, exercendo o direito de protestar. O principal dever da esquerda crítica cubana é a difícil tarefa de reverter a hegemonia que a direita tem sobre o descontentamento popular.

Até o momento, nenhum sistema neoestalinista foi superado por uma revolução socialista. Todos, de uma forma ou de outra, cederam lugar ao capitalismo. Nos casos de rebeliões populares, como na Polônia, Tchecoslováquia, Albânia ou Hungria, com o evento mais violento e radical na Romênia, a queda da burocracia dominante levou ao estabelecimento de um capitalismo neoliberal cruel. Infelizmente, mesmo diante desses fatos, um setor considerável da juventude cubana está determinado a assumir um cenário neoliberal, esperando que, depois disso, venham tempos de abundância. “Nada pode ser pior do que isso”, é uma frase que circula entre os jovens cubanos que consideram impossível a existência de uma Cuba com uma crise econômica maior e um governo pior, enquanto aplaudem o crescimento da economia privada.

É nesse cenário completamente adverso que o marxismo revolucionário cubano tem de lutar. O espontaneísmo só dá

lugar ao triunfo do reformismo ou da reação. As revoluções sem uma organização revolucionária – ou uma frente de organizações revolucionárias – não são uma revolução, mas uma rebelião popular. Até mesmo a Rússia de 1917 é um exemplo disso: a queda do czar foi provocada por protestos espontâneos mobilizados pela fome e pela guerra. Não foram os bolcheviques que chegaram ao poder, mas os reformistas sociais liderados por Kerensky e companhia. Cuba precisa da construção de um partido marxista revolucionário para assumir a liderança da classe trabalhadora. Assim como a primeira tentativa de construir o socialismo ocorreu em Cuba, talvez a primeira revolução socialista para derubar o neoestalinismo ocorra em Cuba.

Um grito¹

Leonardo Padura²

Parece bem possível que tudo o que aconteceu em Cuba desde o último domingo, 11 de julho, tenha sido encorajado por um maior ou menor número de pessoas contrárias ao sistema, algumas delas até mesmo pagas, com o objetivo de desestabilizar o país e causar uma situação de caos e insegurança. Também é verdade que em seguida, como costuma acontecer nesses eventos, ocorreram atos oportunistas e lamentáveis de vandalismo. Mas acredito que nenhuma das evidências tira um pingão de razão do grito que escutamos. Um grito que também é fruto do desespero de uma sociedade que atravessa não só uma longa crise econômica e uma crise pontual de saúde, mas também uma crise de confiança e uma perda de expectativas.

A esse clamor desesperado, as autoridades cubanas não deveriam responder com os habituais lemas, repetidos há anos, e com as respostas que essas autoridades querem ouvir. Nem mesmo com explicações, por mais convincentes e necessárias que sejam. O que se impõe são as soluções que muitos cidadãos esperam ou exigem, alguns se manifestando na rua, outros dando sua opinião nas redes sociais e expressando sua desilusão ou discordância, muitos contando com os poucos e desvalorizados pesos que têm em seus empobrecidos bolsos e muitos, muitos mais, fazendo filas em um silêncio resignado por várias horas sob sol ou chuva, inclusive com a pandemia, filas nos mercados para comprar comida, filas nas farmácias para comprar medicamentos, filas para conseguir o pão nosso de cada dia e para tudo imaginável e necessário.

¹ Tradução de Isabella Meucci publicada originalmente pelo Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/16/um-grito-padura-escreve-sobre-as-manifestacoes-em-cuba/>

² Famoso escritor cubano, autor de inúmeros livros, entre os quais *O homem que amava os cachorros* (Boitempo, 2013).

Acredito que ninguém com um mínimo de sentimento de pertencimento, com um sentido de soberania, com uma responsabilidade cívica pode querer (ou mesmo acreditar) que a solução para esses problemas venha de qualquer tipo de intervenção estrangeira, muito menos de natureza militar, como chegaram a pedir alguns, e que, também é verdade, representa uma ameaça que não deixa de ser um cenário possível.

Também acredito que qualquer cubano dentro ou fora da ilha sabe que o bloqueio, ou embargo comercial e financeiro dos Estados Unidos, como queiram chamá-lo, é real e se internacionalizou e intensificou nos últimos anos. E é um fardo muito pesado para a economia cubana (como seria para qualquer outra economia). Aqueles que vivem fora da ilha e querem hoje ajudar seus familiares em meio a uma situação crítica, podem comprovar que existe e o quanto existe ao serem praticamente impedidos de enviar uma remessa para seus familiares, só para citar uma situação que afeta muitos. É uma política antiga que, aliás (às vezes alguns esquecem), praticamente todo o mundo tem condenado por muitos anos nas sucessivas assembleias das Nações Unidas.

E não acredito que alguém possa negar que também foi desencadeada uma campanha midiática na qual, até das formas mais grosseiras, foram divulgadas informações falsas que, do princípio ao fim, só servem para diminuir a credibilidade de seus gestores.

Mas acredito, junto a tudo o que foi dito acima, que os cubanos precisam recuperar a esperança e ter uma imagem possível de futuro. Se a esperança se perde, perde-se o sentido de qualquer projeto social humanista. E a esperança não é recuperada pela força. Ela é resgatada e alimentada com soluções, mudanças e diálogos sociais, que por não chegarem têm causado, entre tantos outros efeitos devastadores, os anseios migratórios de tantos cubanos e agora provocam o grito de desespero de pessoas entre

as quais certamente havia criminosos oportunistas e pessoas pagas para tanto. Embora eu me recuse a acreditar que no meu país, a esta altura, possa haver tanta gente, tantas pessoas nascidas e educadas entre nós que se vendam ou cometam crimes. Porque se assim fosse, isso seria fruto da sociedade que os fomentou.

A forma espontânea com que um número notável de pessoas também tem se manifestado nas ruas e nas redes, sem se atrelar a nenhuma liderança, sem receber nada em troca ou roubar nada pelo caminho, deveria ser um alerta. E penso que é uma amostra alarmante das distâncias que se abriram entre as esferas políticas dirigentes e as ruas (e isso foi até mesmo reconhecido pelos dirigentes cubanos). Só assim se explica que o que aconteceu, sobretudo em um país onde quase tudo se sabe quando se quer saber, como todos nós também sabemos.

Para convencer e acalmar os desesperados o método não pode ser o das soluções de força e obscuridade, como impor um apagão digital que cortou há dias as comunicações de muitos, mas que não impede as ligações de quem quer dizer alguma coisa, a favor ou contra. Muito menos pode se empregar como argumento de convencimento a resposta violenta, especialmente contra os não violentos. E já se sabe que a violência pode ser não apenas física.

Muitas coisas parecem estar em jogo hoje. Talvez até depois da tempestade venha a calmaria. Talvez os extremistas e fundamentalistas não consigam impor suas soluções extremistas e fundamentalistas, e não se enraíze um perigoso estado de ódio que tem crescido nos últimos anos.

Mas, de qualquer forma, é necessário que cheguem as soluções, respostas que não deveriam ser apenas de natureza material mas também de caráter político. E assim uma Cuba melhor e inclusiva poderia responder às razões desse grito de desespero e perda de esperanças que, em silêncio, mas com força desde antes do 11 de julho, vinham de muitos de nossos compatriotas. Esses

lamentos que não foram escutados e cujas chuvas originaram esse lamaçal.

Como cubano que vive em Cuba, trabalha e acredita em Cuba, presumo que tenho o direito de pensar e expressar minha opinião sobre o país em que vivo, trabalho e acredito. Já sei que em momentos como este e ao tentar expressar uma opinião, acontece de ser “sempre reacionário para alguns e radical para outros”, como disse certa vez Claudio Sánchez Albornoz. Também assumo esse risco, como um homem que almeja ser livre, que espera ser cada vez mais livre.

Mantilla (Havana), 15 de julho de 2021

A bandeira de Coyoacán¹

Celia Hart²

No dia 7 de novembro comemoraremos o 96º (agora 97º) aniversário da esquecida Revolução de Outubro, a revolução que abalou o mundo em 1917 e espalhou ao vento medos e mitos; que abriu ao mundo as portas de um novo projeto; que deu bases sólidas à teoria marxista. Desta gloriosa revolução, apesar de seu retumbante e aparente fim, junta-se todos os que esperam que um simples acontecimento salve o mundo. Não se deve cometer nenhum erro: a revolução que cantou no cruzador Aurora e no Palácio de Inverno não é aquela que terminou no outono de 1990, quando alguns homens, completamente alheios a ela, decidiram que não se coadunavam com o socialismo e brindando com vodca importada, passaram para o outro lado. A gloriosa revolução soviética não existia mais (graças a Deus) e esse governo insosso caiu até os anos oitenta do século XX.

Mas a História sempre nos surpreende com suas estranhas coincidências: Em 7 de novembro de 1878, nasceu um dos revolucionários mais íntegros de todos os tempos. Lev Davidovich Bronstein, conhecido como Leon Trotsky, admirado por uns e odiado por outros... esquecido pela maioria, exceto pelos obstinados acontecimentos. Aos 125 anos de seu nascimento, à incapacidade do capitalismo de oferecer à humanidade uma alternativa de sobrevivência e ao desastroso retrocesso do socialismo europeu, estamos diante de uma casinha em Coyoacán, no México. A bandeira com a foice e o martelo, último símbolo da revolução socialista, continua a tremular em silenciosa homenagem à morte do seu último habitante.

¹ Artigo extraído de <https://www.marxists.org/archive/celia-hart/2003/celia-flag.htm>. Traduzido pela Revista Movimento

² Foi uma escritora cubana.

Trotsky e Natalie não descansam na Rússia ... Na Rússia está a família Romanov. O Czar enterrado com honras militares e grande pompa presidido por aqueles que já foram líderes comunistas. A verdade do socialismo na Europa não está no velho continente. Mas no místico México, o continente latino-americano despertou para o fato de que a luta social é o único caminho para a igualdade.

Não encontrando asilo na Europa, o velho revolucionário foi recebido pelo pincel de Diego e pela sensualidade de Frida e do revolucionário Lázaro Cárdenas. Ali se uniu o destino dos princípios marxistas à arte *de vanguarda mais simbólica* desta parte do mundo. Essa região que não espera por normas, nem por métodos para conquistar sua liberdade e justiça. Existem os últimos eventos que falam por si. Em cada um está o selo do velho alemão Karl Marx. Pois o marxismo tem bases científicas e a verdade não espera que os olhos a vejam nem a habilidade que a anteveja.

Após a última década do século passado, quando o mundo desmoronou no imaginado fim da história nas mãos do neoliberalismo, os russos de mãos dadas com os netos dos “exterminadores stalinistas”, começaram histericamente a derrubar estátuas e o corpo de Lênin que queimou as mãos como uma batata quente, sem saber onde enterrá-lo. Eles tentaram voltar no tempo revivendo a princesa Anastasia. E eles caíram no sistema mais deprimente e abjeto já conhecido. A máfia comandada pelos antigos dirigentes do Comitê Central detinha um poder obscuro, o mesmo tipo de poder burocrático e sinistro que acabou com as bases de esquerda do autêntico partido bolchevique, o mesmo poder que matou o movimento comunista internacional e o transformou em colônia ideológica de Stalin, o mesmo poder que transformou as ideias maravilhosas de Lênin em normas patéticas, que eliminou a revolução da filosofia comunista, canonizou o socialismo em um só país. O que a URSS fez depois da morte

inoportuna de Lênin não foi socialismo em um só país. Não era socialismo, nunca foi... agora vemos que também não era um país. A URSS se despedaçou em pedaços. Oh, aqueles que pensam que a história pode ser medida em dias! ... A sua batida é outra e o fim deste modelo já é evidente.

É criminoso que os movimentos de esquerda de hoje, às vezes, parem de falar de marxismo e leninismo, por causa do retumbante fim da URSS. Este colapso tem sido o melhor argumento para ter fé naqueles revolucionários que pensavam que o internacionalismo era o alicerce do triunfo dessas ideias. Este fim demonstra como Lênin e seus seguidores estavam certos. O poder sombrio de Stalin pôs fim a tudo. Nem mesmo a derrota do fascismo pode redimi-lo de tentar despojar inteligência, dedicação e audácia dos ideais socialistas.

Trotsky foi o último dos contemporâneos de Lênin, do líder da classe trabalhadora. Esse poder sombrio conseguiu mentir, descaradamente, sobre o chefe do Exército Vermelho, acusando-o de ser louco e terrorista e até cúmplice de Hitler. Não contente com seu trabalho, Stalin usou seu poder para que Mercador assassinasse Trotsky em 20 de agosto... O que ele felizmente não pôde fazer foi remover a bandeira de Coyoacán. Quando os monumentos e ideias da URSS desmoronaram e o mundo com Fukuyama gritou incoerentemente, quando todos os revolucionários do mundo fecharam os olhos de horror e os reacionários esfregaram as mãos de alegria, em Coyoacán a bandeira da foice e do martelo continuou tremulando em o vento do México ancestral, como um símbolo misterioso.

Muitos camaradas me dizem que, embora seja verdade, muito tempo passou e as ideias tomaram outro rumo, que outra fase do imperialismo nasceu em Nova York em 11 de setembro com a destruição das Torres Gêmeas. O militarismo que Petras descreveu tão bem como uma nova fase do imperialismo precisava de novas formas de luta, que agora existe a internet, e que o mundo

é unipolar... Qual o sentido de trazer Leon Trotsky de volta à vida? Simples. Na história, esquecer é pecado. José Martí, o visionário da América, disse que “quem deixa de lado, por vontade ou esquecimento, uma parte da verdade, a longo prazo cairá pela verdade que deixou de fora, crescendo em negligência e esmagando o que surge sem isto”.

Voltar agora que é evidente que a história começa é necessário. É seguir em frente e não voltar. Che disse, mais ou menos, que se um piloto se perde, não deve voltar ao ponto onde se perdeu. Ele deve retornar ao porto e tentar novamente. Para todos aqueles de nós que pensam que o socialismo tal como proposto por Karl Marx, enriquecido por muitos depois, é o verdadeiro caminho para a paz, a justiça e a solidariedade, voltaremos a esse ponto esquecido. Evitar mencionar o marxismo e seus desdobramentos por medo ou por ser popular pode nos levar de volta à perigosa encruzilhada. Aos 70 anos, Galileu Galilei retratou sua teoria heliocêntrica por medo da Inquisição. No entanto, a Terra continua a girar em torno do Sol.

Quando buscarmos esse caminho de equilíbrio entre o homem, a natureza, o poder e a liberdade, sem saber estaremos seguindo os caminhos do marxismo e pararemos, ainda sem perceber a crise dos anos 20 e 30 na URSS, entenderemos que essas estradas, mesmo como meras referências, têm uma parada em Coyoacán.

Engels disse uma vez que a sociedade burguesa enfrenta o dilema de seguir o socialismo ou voltar a um estado de barbárie. Em outras palavras, o socialismo ou o colapso da civilização. Hesito em pensar na distância que nos separa de ambos os extremos. Mas quanto mais cedo estivermos cientes dessa verdade, nem com entusiasmo nem com retórica reformista, mais perderemos de vista o verdadeiro fim da história humana... quando desaparecermos como espécie. Então estaremos em um universo sem memórias. Tenho plena consciência de que existem direções

prioritárias pelas quais lutar: a paz; a preservação do planeta; nossa função como espécie inteligente dotada de consciência. No entanto, devemos entender que o único caminho para a paz e a justiça social é o socialismo. A coexistência pacífica e todas as suas falácias perderam tragicamente a oportunidade de triunfar. Com as classes exploradoras nunca haverá justiça social; sem justiça social nunca haverá paz.

Os comunistas de hoje não devem temer serem separados do bloco socialista destruído. Isso não foi socialismo, essa revolução foi traída.

Devemos recuperar a memória e sair desse estado de amnésia coletiva em que queremos embainhar os novos movimentos. Os marxistas têm muito a oferecer ao povo em meio ao desespero diante de realidades incompreendidas. Chega de cair na retórica do inimigo: “terrorismo, segurança nacional”. Levantemos nossas velhas armas. Nunca antes o mundo esteve tão convencido de que sua salvação é pela unidade ou ela desaparecerá. Perdemos muito espaço. Tomemos a palavra de ordem de Trótsky que, às vésperas de seu desprezível assassinato, declarou sentenciosamente: *“quaisquer que sejam as circunstâncias de minha morte, morrei com uma fé inabalável no futuro comunista”*.

Juntemo-nos ao povo sob a bandeira da Internacional. Nunca antes o mundo precisou, como agora, lembrar o dia 7 de novembro. Nunca antes devemos entender que a bandeira do bolchevismo nunca morreu, que foi exilada na Europa e chegou à América para curar suas feridas em silêncio, mas o México irredentista. Este México que marchou silenciosamente naquele 2 de outubro levando a bandeira vermelha de Coyoacán que assumiu. E gritemos aos nossos inimigos, independentemente de nos chamarem de terroristas, que não lutaremos pela guerra imperialista, nem pela paz miserável das injustiças; lutaremos juntos pela revolução socialista em combate permanente.

Trabalhadores do mundo uni-vos!

Nicarágua

Pedro Fuentes entrevista Mónica Baltodano¹

Pedro Fuentes² e Mónica Baltodano³

O dirigente internacional do MES/PSOL, Pedro Fuentes, entrevista Mónica Baltodano, histórica comandante guerrilheira da Revolução Sandinista nicaraguense, durante sua recente viagem ao Brasil.

Pedro Fuentes – Muito bem, vamos começar. Bem, Mónica, adoramos chamá-la de comandante. Porque isso nos leva de volta ao auge revolucionário. Achemos que foi a última grande revolução que tivemos na América Latina, a Revolução Sandinista em 1979. Tivemos processos revolucionários desde então, mas não com a intensidade, a coragem e o caráter que a Nicarágua teve. E eu gostaria de começar dizendo: consideramos um triunfo sua presença aqui e valorizamos muito sua vinda. E gostaríamos de começar pelo final, porque eu queria tocar em muitas coisas, especialmente para os jovens que precisam saber sobre uma revolução, porque eles não a conhecem. Mas eles também precisam saber como essa revolução terminou e o que Ortega está fazendo agora. E você veio aqui defender uma causa com a qual todos nós estamos muito comprometidos. Temos companheiros da Quarta Internacional aqui também, nesta conversa. Eu também sou membro da Quarta Internacional, e estamos muito interessados em que você comece pelo fim. Ou seja, começar pelo fim é começar por como terminou, que conclusões, que denúncia concreta, mesmo que seja repetitiva, deve ser feita para que o mundo saiba tudo sobre o papel de Ortega na Nicarágua hoje, por que ele tem de ser destituído e o que devemos fazer em solidariedade. E

1 Entrevista realizada em 17 de abril de 2023, no Rio de Janeiro, e publicada originalmente em <https://movimentorevista.com.br/2023/04/pedro-fuentes-entrevista-monica-baltodano/>.

2 Dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL).

3 Foi comandante guerrilheira da Revolução Sandinista e hoje é uma liderança da oposição ao regime de Daniel Ortega na Nicarágua.

qual é a sua avaliação dessa visita ao Brasil? Esse seria o primeiro tópico que eu gostaria de abordar. É o último, mas vou colocá-lo no início.

Mónica Baltodano – Bem, muito obrigada por esta conversa, por esta recepção e por todo o apoio que recebi de vocês, do PSOL e de outras forças de esquerda, do Comitê de Solidariedade com a Nicarágua, que também é formado por nicaraguenses, principalmente porque nos permitiu visitar diferentes lugares e espaços políticos e sociais, até mesmo reuniões com comunidades eclesiais de base, padres, etc., para dizer que nós, nicaraguenses, estamos sofrendo hoje, mais uma vez, com um regime ditatorial. Que esse regime, infelizmente, é presidido por alguém, por uma figura que fez parte da luta contra uma ditadura cruel de 40 anos, a ditadura de Somoza. E que esse ditador, juntamente com sua esposa, Rosario Murillo, estão tentando confundir – e até certo ponto conseguindo – o mundo, fazendo-os acreditar que tudo o que estão fazendo o povo nicaraguense sofrer faz parte da segunda etapa da Revolução, segundo eles. Eles tentam fazer com que as pessoas acreditem que são um regime anti-imperialista, que são um governo – eles o chamam – cristão, socialista e solidário. Eles tentam se apresentar como parte da esquerda e agora até como parte de um novo realinhamento de blocos internacionais. Eles dão muita ênfase a isso, especialmente com as últimas ações em relação à Rússia e à China. Mas, na prática, o que estamos vivenciando é um projeto centrado no controle do poder para a família Ortega Murillo, para aqueles próximos aos Ortega Murillo, que se tornaram parte das elites e das oligarquias que agora dominam o país, sempre com um modelo fundamentalmente capitalista e marcadamente neoliberal. Então, estamos explicando isso, por que o nível de repressão que eles tiveram de implementar desde que chegaram ao poder, uma série de repressões contra os movimentos que surgiram para conseguir reivindicações salariais, para exigir direitos. Mas essa repressão foi exacerbada em

2018, quando de alguma forma explodiram muitas tensões que haviam sido contidas por uma repressão que usou muitas forças de choque e explodiu em uma revolta que foi brutalmente reprimida com 355 mortos, dois mil feridos.

PF – Antes de ir por esse caminho. A esquerda brasileira e muitos setores no mundo são da opinião, como você disse, que Ortega ainda é um líder anti-imperialista. Justificam todas essas ferramentas de liberdade em torno da “luta anti-imperialista”. Há algo incompreensível para abrir os olhos dos brasileiros: a esquerda no Brasil era categoricamente contra Bolsonaro. E Bolsonaro tentou muitas das coisas que Ortega fez. Eles têm uma origem totalmente diferente porque Bolsonaro vem do exército e é apoiado por um exército burguês contra o povo. E Ortega vem de outra origem, mas eles terminam de maneira similar: Ortega, Suprema Corte, impeachment; captura e depois exílio de presos políticos, candidatos presidenciais; anti-aborto, ou seja, ele usa a igreja com um objetivo anti-aborto, embora ele seja contra, ele está perseguindo os católicos, ele está perseguindo irmãs e pais católicos e bispos católicos. Então, como podemos entender que, sendo de origens diferentes, eles acabam em uma certa confluência entre o regime autoritário que vem da esquerda e o regime autoritário que vem da direita.

MB – No caso de Daniel Ortega, o processo pelo qual ele passou depois de 1990, quando foi removido do governo pelo voto democrático, no qual acumulou recursos materiais e se transformou, depois de ser um líder revolucionário, em um capitalista. Mas também com o ingrediente de uma obsessão pelo poder. Para mim, esse é um ingrediente que fui percebendo aos poucos. Em primeiro lugar, ao buscar o controle do partido Frente Sandinista e transformá-la no que é hoje, ou seja, um aparato cuja principal função é monitorar e garantir o controle dos votos em cada processo eleitoral, não mais um partido revolucionário

como o que Carlos Fonseca havia criado. Mas também, ao fazer do poder pelo poder, e não do poder para transformar ou mudar a sociedade, o principal objetivo da sua vida, ele se alia, em primeiro lugar, a uma parte da hierarquia e assume bandeiras absolutamente conservadoras, como a que eu mencionei sobre os direitos das mulheres, esmagando o direito ao aborto, mesmo que a vida da mãe esteja em risco, o aborto terapêutico. Mas depois ele também fez uma grande aliança com os banqueiros, com o grande capital quando chegou ao poder, e passou os primeiros 11 anos do seu governo em uma franca relação, praticamente de convivência e aliança, favorecendo não só os interesses do capital nacional, principalmente do capital financeiro, mas também os das transnacionais. E, nesse processo, ele e toda a sua família enriqueceram tanto que passaram a ver o poder como um mecanismo para garantir seus privilégios. E, por causa disso, eles também entram em uma lógica utilitarista, ao que me parece, de crenças religiosas e, apesar de a Constituição dizer que o Estado nicaraguense é um Estado laico, é um Estado que acaba sendo confessional, ligado à Igreja Católica, até que a igreja começa a questioná-lo. Então, agora eles são mais evangélicos, são mais evangélicos. Então, agora eles têm mais ideias evangélicas, se respaldam entre os evangélicos usando, o que é muito importante, a mídia. Eles esmagaram toda a mídia independente e têm uma rede de televisão aberta que é propriedade de todos os seus filhos. Todos os principais canais de TV são usados para esvaziar as informações de conteúdo, para transformar as notícias em coisas banais, para reproduzir ideias religiosas. E tudo isso, agora que eu sei um pouco mais sobre o bolsonarismo, eu digo que na Nicarágua Bolsonaro é Daniel Ortega, mas com controle absoluto da Suprema Corte de Justiça, dos juizes, dos magistrados, controle do exército, é um exército que foi criado pela revolução, e que agora aparece totalmente como um exército pretoriano, como a guarda de Somoza, uma força policial totalmente repres-

siva, E você tem o controle do Conselho Supremo Eleitoral, que é o que lhe permitiu realizar todas as fraudes, não apenas em nível nacional para se reeleger, mas para controlar a Assembleia, para reformar a constituição sem a necessidade de chegar a um consenso com qualquer outra força, e agora para controlar todos os escritórios dos prefeitos, as autoridades locais. Portanto, é um governo que controla todos os espaços da Nicarágua com mão de ferro e mão militar.

PF – Voltando ao início: como foi a revolução e como você entrou para o Sandinismo? Imagino que você era muito jovem.

MB – Sim, participei de minhas primeiras atividades políticas aos 15 anos de idade. Fiz uma passeata pelas mulheres presas que haviam sido abusadas na prisão. E eu estava estudando em uma escola religiosa, e venho de grupos de jovens cristãos. Essa foi, digamos, minha primeira militância. Depois, deixei de ser uma pessoa religiosa, mas comecei a participar da Frente Estudantil Revolucionária na universidade e entrei na clandestinidade em 1974. Na época, eu estava prestes a completar 20 anos e passei cinco anos na clandestinidade, fiquei presa por um ano, fui torturada pela segurança de Somoza. E quando saí da prisão, passei a fazer parte do Estado-Maior, que era formado pelas três tendências em que a Frente havia sido dividida, que liderou o levante, a insurreição militar em Manágua, e depois, quando tivemos de recuar, fizemos uma retirada estratégica porque a insurreição nas outras cidades não avançou com rapidez suficiente.

PF – Você está falando de 1979, em 1979 vocês se retiraram ou foi no final de 1978?

MB – Em 1979, insurgimos em parte de Manágua.

PF – Foi quando Chamorro morreu?

MB – Não, em 1978, Chamorro morreu e houve várias revol-

tas e, em setembro, houve insurreições em várias partes do país. Mas, em 1979, todas as cidades mais importantes começaram a se insurgir, e Manágua deveria ser a última a ser atacada pelas forças em direção a Manágua. Mas, de alguma forma, a insurreição em Manágua foi antecipada e, quando a Guarda começou a nos bombardear, tivemos de nos retirar para uma das cidades libertadas. Mas com a força que tínhamos, que já chegava a 5.000 com os combatentes populares, liberamos cidades importantes como Jinotepe, as cidades de Carazo e, finalmente, Granada. No dia 18 de julho, libertamos Granada e, no dia 19, voltamos novamente com toda a nossa força triunfante a Manágua para participar, no dia 20 de julho, daquele fantástico comício de massas que deu as boas-vindas à junta de governo que vinha da Costa Rica.

PF – E lá o sandinismo se instalou e montou um governo de reconstrução nacional. Em certo momento, seguiu os passos de Fidel, que formou o governo com Urrutia, com setores democráticos, o que era compreensível na época. Por que não seguiu os passos de Fidel depois?

MB – Bem, para começar, acho que havia algumas diferenças que foram estabelecidas desde o início na proposta de que haveria um governo com pluralismo político, ou seja, que estava comprometido com o caminho democrático, uma economia mista, com o entendimento de que uma parte da economia que era administrada pelos pequenos: camponeses, artesãos, não seria tocada. Era muito importante fazer a diferença em relação a outros processos. E o não alinhamento: não pretendíamos nos alinhar a nenhum dos blocos.

PF – Um país independente. Uma conquista muito grande.

MB – A verdade é que não pudemos sequer avançar nessa direção porque fomos rapidamente atacados. Porque Reagan chegou ao poder como parte de um projeto para recuperar a hege-

monia mundial e decidiu em sua campanha que iria aniquilar a Revolução Sandinista. E imediatamente iniciou um reagrupamento dos guardas de Somoza que haviam deixado o país e também conseguiu, devido a erros cometidos pela própria Revolução, capturar grande parte do campesinato e incorporá-lo ao exército contrarrevolucionário, que se tornou maior do que o exército de Somoza. Foi uma guerra muito difícil.

PF – Havia 17.000 deles?

MB – 17.000. Foi uma guerra muito desigual.

PF – De Honduras, certo? Com apoio logístico de Honduras.

MB – Exatamente. Havia também uma frente sul, não havia? Porque Edén Pastora também desertou da Revolução e fundou um grupo que atuava no sul, certo? E também, por causa de certos erros cometidos pela Revolução, eles também conseguiram criar uma força importante na parte norte do Caribe nicaraguense, que nos confrontou com as comunidades indígenas do Caribe, os Mískitus, e isso também teve seu efeito, enfraqueceu muito da nossa estratégia. Portanto, não acho que não seguimos o caminho cubano porque essa não era a abordagem; queríamos criar um modelo que fosse mais atraente, do ponto de vista cultural e do ponto de vista das tradições, com a América Latina. E, de certa forma, acho que queríamos fazer as coisas de forma um pouco diferente. E acho que Reagan também não gostou muito disso. Porque justamente essas características o tornaram mais palatável para muitos setores latino-americanos que também buscavam mudanças, outros lugares que também tinham guerrilhas, como El Salvador, Guatemala, certo? Isso deu ânimo a esses movimentos guerrilheiros e os levou a uma posição quase vitoriosa, com o apoio também da Revolução Nicaraguense.

PF – É isso mesmo. Acho que quando você fala de alguns erros, acho que o erro... vindo desde agora. Naquela época, estávamos promovendo uma política de confronto total e aberto. Mas, visto de hoje, está claro que a reforma agrária não foi realizada a tempo, na minha opinião. E a reforma agrária deu origem à entrada dos Contras. Porque se a reforma agrária tivesse sido realizada, os Contras não teriam entrado no país com a facilidade com que entraram. Como nós, latino-americanos, vivíamos? Nicarágua independente, uma conquista, sim, mas uma conquista parcial. Porque ela não derrubou, digamos, o imperialismo, como Cuba fez. E vimos uma América Central efervescente, que havia condições de avançar em El Salvador e na Guatemala, o que infelizmente não foi feito. Ou foi feito tarde demais. A Frente Farabundo Martí tentou sua última ofensiva quando o momento-chave da Revolução Salvadorenha já havia passado.

Portanto, é aí que entram as posições que nós, socialistas, estabelecemos sobre o que é possível ou não possível. E, às vezes, o que é possível é mais do que pensamos, ou seja, é muito mais possível avançar do que ter de retroceder e terminar como a revolução terminou agora. Essa é a minha opinião. Evidentemente, apesar dos erros do Sandinismo, todos nós apoiamos e fizemos um movimento de solidariedade muito grande contra os Contras. Mas isso foi isolado em um momento em que Reagan se tornou forte, que foi a partir de 81 ou 82. Mas a revolução começou em 79, em junho. E houve um momento em que o tempo de Carter nos permitiu, na Argentina, construir uma resistência democrática importante também. Bem, mas essas são questões para debater e continuar debatendo, no contexto de que agora o mais importante é apoiar a luta que vocês estão travando. Ou seja, nisso somos incondicionais. E nisso, a Quarta Internacional é incondicional, porque entendemos que se trata de um regime totalitário. O que outras correntes de esquerda não entendem; elas confundem os campos, acreditam que há dois campos no mun-

do: um positivo, que é a Rússia e a China, e um negativo, que são os Estados Unidos. E eles estão lutando entre si, mas contra os trabalhadores e os povos de todo o mundo, que é o que temos de enfrentar. Então, eu queria continuar perguntando: o que fazer agora e como você vê, a partir de agora, as possibilidades de derrota de Daniel Ortega? Como você vê o regime, como esse regime pode cair e como podemos colaborar para que ele caia?

MB – Acho que é importante explicar que, com a revolução, todos os aparatos que sustentavam a ditadura foram destruídos. Um novo exército foi criado, uma nova força policial foi criada. Como a revolução havia escolhido o caminho democrático, mas também a guerra, houve pressão para antecipar as eleições, que foram realizadas em 1990. Houve um acordo chamado Esquipulas; Esquipulas I, Esquipulas II e, finalmente, houve eleições em fevereiro de 1990. O que temos de deixar claro é que no período entre 1990 e 2006, quando Daniel Ortega venceu as eleições com 38% e assumiu o cargo em janeiro de 2007, ocorreu uma série de situações e eventos que talvez não possamos descrever por razões de tempo, mas que significam que o Daniel Ortega que chegou em 2006 não é mais aquele de quem as pessoas se lembram como alguém que fez parte dessa luta. Ele nunca foi o grande líder da Revolução, como algumas pessoas acreditam agora, porque ele construiu uma história de sua vida que não é verdadeira, certo? Mas ele fez parte de uma liderança colegiada que funcionou como a mais alta autoridade do país durante todos aqueles anos da Revolução. No entanto, desde que chegou ao governo, ele vem realizando um projeto que está longe de ser um projeto revolucionário, mas ele o encobre com retórica anti-imperialista e retórica anticapitalista. Mas o governo é absolutamente capitalista e neoliberal, e não é nem um pouco anti-imperialista. Muito pelo contrário: ele segue as diretrizes fundamentais que interessam, nesse caso, ao imperialismo norte-americano, pois lembremos que não existe ape-

nas um imperialismo. Agora, o imperialismo se expressa muito mais nos interesses das grandes transnacionais, que podem estar localizadas em qualquer lugar do mundo. E até mesmo, portanto, empresas transnacionais europeias, empresas transnacionais canadenses, e assim por diante. Em outras palavras, a análise do imperialismo tem de ser feita à luz das novas condições e da nova realidade imposta pelo mundo em sua fase de globalização. Mas Ortega faz a primeira coisa que interessa ao imperialismo, que é o livre mercado: liberdade absoluta de mercado com uma vantagem para as grandes empresas e o capital financeiro. Em relação aos Estados Unidos, ele segue a política de imigração mais fechada que pode ser encontrada em toda a América Central. Na Nicarágua, havia o muro que Trump queria para impedir a migração do sul para o norte. Além disso, com políticas secretas de segurança nacional com perseguição ao crime organizado e ao tráfico de drogas, a Nicarágua estava perfeitamente bem para os Estados Unidos. E também, com uma estabilidade forçada pelo acordo com o grande capital, que deu grande estabilidade aos investimentos em pesca e madeira... porque a Nicarágua continua sendo um produtor, um país cuja maior parte de sua produção é de produtos primários, certo? Portanto, com esse projeto, Ortega está consolidando sua posição para ser reeleito inconstitucionalmente, na primeira vez, e na segunda vez, por fraude. Porque, nessa transição, ele está controlando todos os poderes. E chegamos a 2018 com um Daniel Ortega determinado a permanecer no poder, que está sentindo a pressão popular pela primeira vez, certo? Globalmente, em toda a Nicarágua, porque pela primeira vez já havia um movimento camponês independente. Uma das características do regime de Ortega tem sido o controle das organizações populares, impedindo sua autonomia ao cooptar a liderança, comprar os líderes e reelegê-los. Assim, o movimento camponês contra a concessão do canal que ele fez em 2013, que é a concessão mais onerosa

que já conheci, tanto na história da Nicarágua quanto no resto da América Latina.

PF – Mas o canal vai ser construído?

MB – A concessão existe. A questão é que ele precisa ter um investimento de US\$ 50 bilhões. No entanto, a concessão é tão aberta e tão generosa que permite a realização do que chamamos de projetos complementares, que podem ser portos de águas profundas, zonas de livre comércio, empresas de maquila, explorações de mineração, tudo pode ser considerado como parte da concessão central, porque ela é totalmente aberta. Algumas coisas foram feitas, como uma estrada que conectava Bluefields, passando por comunidades indígenas sem ter cumprido todos os procedimentos estabelecidos por lei, que deve haver consulta prévia e informada, uma decisão dos povos indígenas. Mas o fato é que, sob esse modelo, Ortega começou a reprimir e, desde 2018, ele levou a repressão a limites absolutamente inaceitáveis. E essa violação dos direitos humanos, que foi documentada pela CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e por Paulo Abrão, que estava lá à frente da CIDH, com um corpo de investigadores, que determinou que crimes contra a humanidade haviam sido cometidos. Essa repressão, que foi documentada por outro grupo de especialistas, que fez seu trabalho há um ano, que acaba de ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, também ratificou que Daniel Ortega e Rosario Murillo deram as ordens para que esses crimes contra a humanidade fossem cometidos. Essa repressão chegou a tal ponto que, recentemente, 317 nicaraguenses foram destituídos de nossa nacionalidade, tivemos todos os nossos bens confiscados, fomos destituídos de nossas pensões de aposentadoria, de nossos registros de estado civil, de nossos passaportes, banidos com o objetivo de quase nos aniquilar materialmente, certo? Para garantir o controle e para que, em possíveis processos eleitorais, realmente

não haja nada mais do que a candidatura eterna de Daniel Ortega ou, na falta disso, porque ele é uma pessoa que pode morrer, herdá-la, seja para sua esposa ou seus filhos. Isso é o que está sendo montado na Nicarágua de forma absolutamente fechada, o que significa que a oposição ao regime praticamente teve de deixar o país, e todos nós nos encontramos no exílio. Bem, é verdade, no meu caso estou na Costa Rica. Mas há pessoas no México e em outras partes do mundo.

PF – E me diga uma coisa: para você, abril de 2018 foi uma rebelião democrática popular, uma revolução democrática popular ou, como dizem alguns setores da esquerda, foi manipulada pelos Estados Unidos?

MB – O que Daniel Ortega diz é que foi uma tentativa de golpe de Estado. Mas como pode ser uma tentativa de golpe de Estado se ele usou o exército e a polícia para a repressão. O exército de forma mais discreta, mas todo mundo – essas são as coisas que precisam ser investigadas – sabe que atiradores de elite foram usados para disparar contra as cabeças dos manifestantes. Portanto, há uma história que ele teve de construir quando os primeiros manifestantes foram mortos e estávamos prestes a comemorar essa rebelião. No dia 17 houve uma passeata, os idosos foram reprimidos porque era uma passeata contra a Reforma da Previdência Social, que reduzia as pensões dos aposentados, então os primeiros a se mobilizar foram os idosos. Os idosos foram espancados, tiveram suas cabeças golpeadas. Então, no dia seguinte, os estudantes tomaram as universidades e três pessoas morreram. No dia seguinte, o número de revoltas aumentou e, naquele dia, houve 20 mortos. E então, acontece que as pessoas se levantam nas cidades e montam barricadas. Foram as mortes que provocaram uma revolta nacional, a primeira coisa foram algumas pequenas marchas que, quando reprimidas, provocaram a indignação popular, que era uma indignação autoconvocada,

porque naquele momento nenhum partido tinha força; as organizações foram esmagadas, a única que conseguiu sobreviver foi o movimento camponês contra o canal interoceânico. As revoltas territoriais eram auto-organizadas. Cada um tinha sua própria liderança. Não havia ligação entre elas, então isso explica por que essa revolta, apesar de ter assumido o controle do território por quase 30 dias, não foi bem-sucedida. Por quê? Porque não tinha liderança, não tinha dirigentes...

PF – Aconteceu o que aconteceu em muitos lugares...

MB – Sim, o que eu quero dizer é que é totalmente absurdo que os Estados Unidos, que até aquele momento tinham o melhor relacionamento, e eu digo que eles ainda têm um bom relacionamento porque o principal comércio da Nicarágua é com os Estados Unidos. O acordo de livre comércio que Ortega aprovou com os votos da Frente Sandinista é de primeira linha, funciona perfeitamente. Os investimentos das transnacionais norte-americanas continuam chegando lá, as votações do Fundo Monetário Internacional sobre a Nicarágua são de primeira linha, e a Nicarágua se apresenta ao mundo liderado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial da melhor maneira possível. Portanto, é toda uma história que ele usa para encobrir suas ações repressivas contra as mobilizações populares que se opõem às suas políticas, que são políticas contra o povo, contra o povo e, em geral, políticas de qualquer regime opressivo. Então, ele encobre isso com essa história e, infelizmente, parte da esquerda, porque eu quero dizer que, imediatamente após o levante, houve um movimento de intelectuais, de profissionais, de líderes da esquerda, que se manifestaram contra a repressão. Foi o Foro de São Paulo, os partidos que fazem parte do Foro de São Paulo que imediatamente lhe deram apoio, oxigênio. E isso cria confusão entre os jovens na Nicarágua, porque eles dizem: “bem, Daniel se diz de esquerda, ele se diz anti-imperialista, certo”. Ele

pode se dizer isso, mas se a esquerda ou parte da esquerda não o apoiasse, seria menos confuso. O Partido Socialista Brasileiro, por exemplo, fez uma declaração, a Frente Ampla do Uruguai já fez uma declaração, pessoas como o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, foram muito claras, e agora governos como o do México ofereceram nacionalidade aos exilados. Em outras palavras, a solidariedade está mudando. Agora há mais solidariedade de parte da esquerda. Mas ainda falta muito.

PF – Abrimos uma brecha grande com sua vinda para cá?

MB – Sim, porque o povo nicaraguense hoje, mais do que nunca, precisa de solidariedade. Eles estão passando por situações muito graves do ponto de vista econômico e social. Ortega administra o país com mão de ferro, e temos de denunciar que ele não é nem de esquerda, mas, mesmo que fosse, é um governo que viola os direitos humanos. E o autoritarismo e a violação dos direitos humanos devem ser condenados sem dúvida, sem qualquer distinção ideológica. Acredito que a humanidade avançou em termos de Direitos Humanos, em suas declarações, em seus acordos, que não deve haver dúvida de que questões como o respeito irrestrito às liberdades não podem estar sujeitas a subordinação ou simpatia de natureza política ou ideológica. Rosa Luxemburgo disse isso com muita clareza: sem liberdade, nenhuma das outras coisas ou outras lutas fazem sentido. Além disso, sem liberdade, não podemos lutar pelas outras bandeiras: as bandeiras das mulheres, as bandeiras da diversidade sexual, as bandeiras dos direitos da natureza e do meio ambiente, a bandeira da justiça social.

PF – E eu acrescentaria o socialismo também. Não pode haver socialismo sem democracia.

MB – E a bandeira do socialismo. Nenhuma dessas bandeiras pode ser concretizada se não houver espaço para a luta. E nós

mesmos, veja Pedro, durante o regime de Somoza, tomávamos as igrejas, tínhamos autonomia universitária, lutamos como estudantes porque existiam brechas mínimas. Ortega fechou essas brechas de forma mais brutal do que a própria ditadura de Somoza.

PF – Mônica, como Ortega acaba? Quais são as maneiras de acabar com Ortega?

MB – Veja, há todo um debate na Nicarágua e entre os nicaraguenses, e entre as diferentes forças, porque propusemos caminhos diferentes nos últimos cinco anos, certo? Há quem diga: nunca teremos qualquer possibilidade de eleições livres e democráticas se Ortega e Rosario estiverem no poder. E há quem diga: eles têm de renunciar e só o farão se forem criadas as condições para que a pressão internacional conflua – o que sempre foi muito importante e também foi muito importante durante a ditadura de Somoza – com a pressão organizada em nível nacional, o que, nas circunstâncias atuais, significa organizar-se quase clandestinamente, e clandestinamente com células de trabalho. Não se trata de uma luta armada, porque está muito claro para todos que deve ser uma luta cívica e não violenta. Mas isso não significa que as formas de organização que serviram no passado para enfrentar a ditadura não sejam úteis agora; e que, em um determinado momento, essa organização permita que novos levantes ou novas revoltas sejam mais eficazes. Esse é um caminho a seguir. Outros propõem forçar Ortega a sentar-se em uma mesa de negociações, como foi forçado na época com Esquipulas, certo? Que nos confrontamos com armas e, mesmo assim, foi possível dialogar, antecipar as eleições, não esperar até 2026, e garantir condições com um Conselho Supremo Eleitoral recomposto, reconfigurado e com eleições livres, transparentes e observadas. E outros estão propondo um caminho que alguns de nós rejeitamos; na verdade, o irmão de Daniel Ortega, Humberto Ortega,

que foi outro dos líderes da Revolução, sugeriu que deveríamos quase esperar até 2026. Mas ele não diz que, até lá, deverá haver um jogo em andamento, regras realmente confiáveis do jogo democrático. Portanto, é nesse ponto que as diferentes alternativas estão se movendo. Mas todas elas exigem maior coerência entre as forças que se opõem a essa ditadura, mas também maior coerência entre o que eu chamo de “os parecidos”. Proponho reunir as forças de esquerda, as forças de direita, se elas quiserem se unir, e criar espaços de organização e resistência muito mais ativos do que os que temos agora; e que ambos os polos, por assim dizer, sejam capazes de construir pontes antiditatoriais, que são comuns, porque para sair da ditadura, vamos ter de construir pontes e criar frentes de luta comum, como fizemos durante a ditadura, contra a ditadura de Somoza, ou como foi feito para enfrentar outras ditaduras, um certo processo de unidade nacional é sempre necessário. E foi essa mesma experiência que está escrita, a história do fim da ditadura de Somoza.

PF – Unidade ampla de ação e alternativa de esquerda.

MB – ...e alternativa de esquerda.

PF – Muito bem. Nisso, vamos contribuir o máximo que pudermos; e na solidariedade internacional, estamos firmes, estamos juntos.

MB – Muito obrigado.

O giro autoritário de Daniel Ortega e da Frente Sandinista

Antonio Cunha Neto¹ e Carolina Ucha²

A passagem da comandante guerrilheira Mónica Baltodano pelo Brasil foi um marco na luta contra a ditadura de Daniel Ortega. A convite do Movimento Esquerda Socialista e do Comitê Brasileiro de Solidariedade com o Povo da Nicarágua, Mónica esteve em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Reivindicamos a tradição do internacionalismo revolucionário de solidariedade e entendemos que trazer Mónica ao Brasil era uma necessidade para denunciar a traição de Daniel Ortega aos ideais da Revolução Sandinista, sua completa adaptação a agenda neoliberal, bem como sua subserviência aos interesses do imperialismo estadunidense. Mas a vinda da comandante da revolução na Nicarágua também respondeu à necessidade de ampliar os laços de solidariedade com o povo daquele país, que neste momento luta contra a brutal ditadura Ortega/Murillo.

Lamentavelmente, enquanto alguns países da América Latina têm demonstrado resistência a governos autoritários, os partidos do Foro de São Paulo seguem prestando apoio a Ortega, razão pela qual a vinda de Mónica ao Brasil e a países do Cone Sul ganha tanta relevância.

Bancada Internacionalista

Não é de hoje que o Movimento Esquerda Socialista (MES) tem iniciativas internacionalistas importantes. Em 2003, quando parte da esquerda mantinha distância de Hugo Chávez - após a tentativa de golpe organizada pela extrema direita venezuelana e pelo departamento de estado dos EUA - a então deputada federal Luciana Genro organizou, em conjunto com a embaixada daque-

¹ Geógrafo, professor estadual em Porto Alegre (RS) e membro da Comissão Internacional do MES/PSOL.

² Militante do MES/SP e Secretária Geral do PSOL da cidade de São Paulo.

le país, um ato em solidariedade à Venezuela no parlamento gaúcho. Mais tarde, em 2009, estivemos em Tegucigalpa/Honduras prestando solidariedade ao povo hondurenho em meio ao golpe sofrido por Manuel Zelaya, que se encontrava refugiado na Embaixada do Brasil. A lista é longa e responde à tradição da nossa corrente histórica, que tem no internacionalismo militante fundamento programático.

Atualmente, nossa ação parlamentar também responde à necessidade de dar continuidade a esta tradição. Por iniciativa da deputada federal Fernanda Melchionna, a Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional aprovou, com a presença de Mónica Baltodano, uma moção de solidariedade para os 317 expatriados por Daniel Ortega. Foi um gesto importante do parlamento brasileiro que reforça a necessidade de o PT buscar um novo posicionamento em relação à Nicarágua. Além disso, uma comitiva do Itamaraty esteve reunida com a comandante para elucidar pontos da legislação brasileira sobre o acolhimento aos refugiados e expatriados, na esteira da proposta apresentada pelo embaixador do Brasil na reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Até quando o Fórum de São Paulo vai blindar Ortega?

Durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que ocorreu no mês de março de 2023, o Brasil através do embaixador Tovar da Silva Nunes, expressou preocupação com as graves violações dos direitos humanos que vêm ocorrendo na Nicarágua. Além disso, o assessor de Lula para assuntos internacionais, o ex-ministro Celso Amorim, recebeu Mónica Baltodano em Brasília. Amorim já havia assinado o manifesto de Puebla, condenando o regime de Ortega, e na reunião com Baltodano também demonstrou preocupação com os rumos da Nicarágua, explicitando as dificuldades em dialogar com o regime que está cada vez mais fechado. Ainda assim, o governo brasileiro optou

por não assinar uma declaração conjunta de um bloco de 55 países criticando o regime orteguista, e o PT segue respaldando Ortega, mesmo diante de críticas explícitas de importantes dirigentes como Tarso Genro.

Fato é, que o campismo segue, com descrito em artigo anterior³, fazendo *“vista grossa para as atrocidades de Ortega, acreditam que ele representa a resistência ante o império do Norte, e por isso precisa ser apoiado, que os “excessos” que eventualmente comete são justificados pelas sucessivas tentativas de desestabilização promovidas pelos EUA e seus títeres centro americanos. Essa mesma parte da esquerda, que avalia as ações autoritárias de Ortega, apoia a agressão imperialista de Putin à Ucrânia e é incapaz de se posicionar de maneira independente diante de qualquer governo que esteja, supostamente, fora do “campo” do imperialismo norte-americano.”*

Buscando novas alianças para ampliar a luta democrática

A luta contra a ditadura de Daniel Ortega não será breve e deverá ser tomada pela esquerda de conjunto. Assumimos a caravana de Mónica como um passo importante neste sentido, motivo pelo qual fizemos questão de, junto ao Comitê Brasileiro de Solidariedade com o Povo da Nicarágua, garantir que fosse o mais ampla possível. Estendemos convites a todos os partidos e organizações de esquerda, aos parlamentares e dirigentes da frente democrática que se formou para derrotar Bolsonaro e a entidades de direitos humanos das mais diversas. Nas quatro capitais que Mónica visitou, organizamos reuniões com líderes políticos, partidários, sindicais, religiosos e dos movimentos sociais.

Por articulação do comitê, Mónica foi recebida por Frei Betto, importante líder da ala progressista da Igreja Católica, e pelo Padre Júlio Lancelotti, expressão importante na luta pelos Direitos Humanos. No centro da crise nicaraguense está a perseguição a membros da Igreja Católica. Padres, bispos e freiras

3 <https://movimentorevista.com.br/2022/03/nicaragua-o-campismo-sustentando-um-regime-autoritario/>

estão sendo presos e expulsos do país por denunciar as violações cometidas por Ortega ou por simplesmente acolher em suas paróquias as famílias vítimas da ditadura. Essas violações foram tema da reunião de Mónica com a Comissão Nacional de Justiça e Paz da CNBB em Brasília. Em Viamão, no Rio Grande do Sul, Mónica foi recebida e escutada por dezenas de jovens da Escola Josué de Castro, um gesto importante da direção do MST, atualmente alvo das investidas do bolsonarismo reacionário.

Resgatar a memória da revolução sandinista de 1979

Outro aspecto importante - talvez, fundamental - da vinda de Mónica ao Brasil foi o resgate da memória da revolução sandinista, última revolução vitoriosa do continente americano. Mónica foi comandante guerrilheira desta Revolução, dirigiu combates e esteve à frente do governo sandinista. Foi ministra, deputada, vereadora e fez parte da direção nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional antes de romper com Ortega por seu desvio autoritário e entreguista.

Nas atividades públicas e privadas em que Mónica esteve presente no Brasil, a Comandante afirmou que a América do Sul tem cumprido um papel fundamental na luta pelos Direitos Humanos na Nicarágua, desmascarando a farsa que Ortega e a Frente Sandinista representam em relação aos ideais da Revolução. No imaginário dos dirigentes das organizações de esquerda latino-americanas, Ortega e a Frente Sandinista cumpriram e seguem cumprindo um papel progressista na América Central. Alguns mantêm ainda a visão do que foi a FSLN da revolução nicaraguense e veem a um Daniel Ortega que só existe como lembrança. Desde 2018, houve um aumento da repressão contra o povo nicaraguense, o que culminou em um regime de exceção cujo ápice ainda pode estar por vir. De qualquer forma, já somam-se mais de 350 mortes, centenas de presos, deportações, expatriados e tudo isso supostamente em nome da defesa

da revolução contra a ingerência do imperialismo estadunidense.

Como ficou muito bem ilustrado pela guerrilheira e comandante da última revolução vitoriosa do continente, Daniel Ortega há muito abandonou os ideais que levaram milhares a tomar as ruas de Manágua naquele julho de 1979. Porque, apesar da retórica anti-imperialista, Ortega vem aplicando disciplinadamente o receituário neoliberal proposto pelo FMI e pelo Banco Mundial. A revolta de 2018, aliás, foi resultado da insatisfação popular com a reforma da previdência social de corte neoliberal. Ademais, a Nicarágua vem cumprindo um papel fundamental na contenção da onda migratória rumo aos Estados Unidos e serve de ponto de apoio à política antidrogas da DEA. Além do papel de subserviência que cumpre o governo da Nicarágua em relação aos EUA, Ortega, sua família e a cúpula do FSLN foram se convertendo em uma nova classe de proprietários na Nicarágua (burguesia Rojo y Negro).

Todo este conjunto de denúncias foi amplamente difundido por Mónica no Brasil em uma série de palestras públicas e reuniões privadas que permitiram a dirigentes políticos, partidários e de movimentos sociais se apropriarem da crise que vive a Nicarágua. Algumas conseqüências práticas desta visita ainda estão por serem vistas, porém já podemos afirmar que os nicaraguenses não estão sós. Quando começamos as atividades junto ao Comitê Brasileiro de Solidariedade com o Povo da Nicarágua, ainda em 2018, após o massacre aos protestos, apenas nós, do MES, dávamos audiência à oposição nicaraguense.

A vinda de Mónica ao Brasil angariou apoios importantes e, mesmo aqueles que não declararam apoio explícito, concordaram em recebê-la. O Congresso Mundial da Via Campesina, que estava previsto para ocorrer em Manágua, não é exagero deduzir, foi transferido para Colômbia após a visita de Mónica ao Brasil e a outros países da América do Sul, como Argentina e Uruguai. Além de figuras importantes, como os já citados Frei Betto e

Tarso Genro, também Eduardo Suplicy e Emir Sader escutaram atentamente as denúncias de Mónica e se comprometeram a interceder em várias instâncias em favor dos direitos humanos e do povo da Nicarágua.

Somos uma organização internacionalista desde a origem, reivindicamos a tradição histórica do trotskismo segundo a qual o internacionalismo não é uma bandeira para ser saudada apenas em dias de festa. Estivemos junto à caravana internacional na Costa Rica para denunciar os crimes de Ortega; animamos, desde a IV Internacional, iniciativas para difundir a farsa por trás do suposto anti-imperialismo do presidente nicaraguense.

Por isso, fazemos um chamado à esquerda revolucionária e ao campo democrático que acaba de derrotar Bolsonaro em sua aventura autoritária para que busquem alimentar iniciativas que fortaleçam a luta por uma saída democrática no país, denunciando Ortega e a FLSN.

É urgente a construção de uma alternativa ao regime ditatorial de Daniel Ortega que esteja à esquerda, que dialogue e debata com a juventude e com a classe trabalhadora da Nicarágua, demonstrando que um verdadeiro governo de esquerda é aquele que defende seu povo e sua classe, que defende a autodeterminação dos povos e que é contra todo tipo de políticas antidemocráticas. Nós, do MES, estaremos junto ao povo da Nicarágua até que o regime de Ortega/Murillo seja derrotado, e estamos dispostos a caminhar com a esquerda revolucionária nicaraguense pela construção de uma alternativa política verdadeiramente de esquerda e socialista.

Os “processos de Manágua”

Israel Dutra¹

A vinda de Mónica Baltodano ao Brasil foi uma jornada triunfante para a luta democrática na Nicarágua, para os internacionalistas e para a esquerda socialista. Além da ampla cobertura e simpatia que a ex-comandante despertou, qualificou o debate sobre o processo nicaraguense, abrindo caminhos para discussões mais profundas. A rica história do processo revolucionário sandinista, sua dinâmica e degeneração foram ilustrados durante as atividades que Mónica manteve com diferentes atores da esquerda brasileira. Também na Argentina e Uruguai, Monica reuniu-se com parlamentares da esquerda e personalidades como Pepe Mujica e Lucía Topolanski.

A defesa de Ortega evoca uma linha política que conhecemos como “campismo”, também presente nos acalorados debates sobre a política dos socialistas na guerra da Ucrânia. É um debate que divide águas na esquerda: podemos dar o exemplo da direção do MST e de outras organizações que têm uma postura centrista. O resgate dos dois temas, Nicarágua e polêmica sobre o campismo, marca esse breve artigo, à luz da organização do temário da presente edição da Revista Movimento.

Quando o filósofo Jean Paul Sartre escreveu “O fantasma de Stalin”, ele tomou partido da denúncia pesada do regime, do método e da necessidade de se separar do modelo stalinista e campista. O mesmo Sartre nos anos 1970 firmou um manifesto de apoio à resistência contra Somoza. A esquerda internacionalista e libertária tem um compromisso com a Nicarágua do tempo presente: lá vive o fantasma de Stalin encarnado no clã Ortega: os “processos de Manágua” são a versão 2.0 da degeneração do processo revolucionário.

¹ Secretário-geral do PSOL, é sociólogo, membro da Direção Nacional do partido e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

A revolução da esperança

Uma das mais belas páginas da resistência dos povos, na América Latina, foi a luta da FSLN durante os anos 70 para derrubar a ditadura de Anastácio Somoza, déspota e herdeiro de uma cruel tradição de caudilhos. A FSLN foi formada por três jovens nicaraguenses exilados, em 1961, Carlos Fonseca Amador, Tomás Borge e Silvio Mayorga, contagiados pela vitória cubana, dois anos antes. A FSLN surgiu com caráter plural e unitário, combinando a luta armada com ações de massa, buscando a organização popular e territorial.

Em 1976, com o assassinato do líder Carlos Fonseca Amador, a FSLN tornou-se mais apoiada e conhecida, na medida também em que a repressão de Somoza começa a perder força. Como já dito acima, intelectuais da estirpe de Sartre e Simone de Beauvoir impulsionaram a solidariedade mundial à causa sandinista. Em 1978, com o assassinato do jornalista opositor, Pedro Joaquín Chamorro, estouram mobilizações que culminam com o gesto da ocupação do Palácio Nacional em agosto do mesmo ano, encabeçados pelo lendários comandantes guerrilheiros Edén Pastora e Dora María Téllez, que trocam os deputados governistas reféns pelos presos políticos sandinistas, desmoralizando o regime e ganhando apoio de massas para a fase final da luta.

O triunfo da revolução democrática em 1979, vinte anos após a vitória da revolução cubana, foi um impulso para a revolução centro-americana e um sopro de esperança para a vanguarda continental, na época oscilando entre o fracasso do guerrilheirismo e o começo da retomada das lutas contra as ditaduras no Cone Sul, onde o Brasil estava mais avançado.

Junto à revolução iraniana, que derrubou com milhões nas ruas o xá Reza Pahlevi, a revolução nica despertou entusiasmo e esperança, sobretudo por um aspecto: o caráter pluralista de sua composição. O pluralismo também se estendeu aos mé-

todos de luta organizados; não apenas utilizar o “foco guerrilheiro”, mas combinar a luta armada com ações de massas nos territórios e bairros, como a greve geral em Manágua que durou 15 dias e liquidou a ditadura.

A vivência internacionalista foi uma marca. Diferentes setores da esquerda tomaram parte, enviando solidariedade, inclusive armada. A revolução nicaraguense foi parte da revolução centro-americana e um impulso para a corrente progressista da Igreja Católica, a Teologia da Libertação, com a radicalização que resultou no assassinado em El Salvador do Bispo Romero, em 1980. Nossa corrente internacional, logo mais tocaremos nisso, enviou um importante destacamento armado, a Brigada Simón Bolívar, que teve um papel fundamental na Frente Sul, nos combates que liberaram a cidade portuária de Bluefields.

A nova etapa aberta no país e na região teve impacto no Brasil e no mundo. O entusiasmo típico das revoluções foi descrito assim por Sérgio Ramírez, um dos principais dirigentes da revolução, que rompeu anos mais tarde com Ortega:

“Ao meio-dia de 20 de julho de 1979, as colunas guerrilheiras entraram em triunfo na Praça da República em Manágua. Numa desordem formidável, os combatentes chegavam a pé, em caminhões militares, em ônibus requisitados, subidos no lombo de tanques decrépitos arrebataados das tropas da ditadura, e se misturavam com a multidão que estava lá esperando por eles para celebrarem juntos a grande festa das suas vidas”.

Ramirez, assim como Ernesto Cardenal, Gioconda Belli, e outros nomes da literatura mundial nascidos na Nicarágua, combinavam sua atividade como escritores com o ativismo político. Assim, muitos se referiam ao processo da Nicarágua como a “revolução dos poetas”.

A simpatia foi enorme. Uma vasta produção e bibliografia influenciou corações e mentes no mundo inteiro. No Brasil não foi

diferente: Caco Barcellos, em “A revolução das crianças”, e Eric Nepomuceno em “Nicarágua, um país acossado”. Uma expressão cultural, para além da América Central, foram os discos da banda punk seminal “The Clash”, “Sandinista” e a lendária canção dos Replicantes “Sandina”, onde se poderia encontrar entre seus versos:

“Sábado todo, chorei de mágoa
Minha garota foi para Manágua
Lutar pela Revolução”.

A Revolução Sandinista foi uma fonte de inspiração, um processo revolucionário considerado como a última grande revolução latino-americana do século XX.

Uma revolução desfigurada

A revolução nicaraguense, contudo, não fugiu ao processo de burocratização, apesar dos marcos positivos indicados e de seu vigor inicial. O grande elemento positivo da revolução de 1979 foi que destruiu o principal pilar de sustentação do Estado burguês e do regime da ditadura somozista, a Guarda Nacional. Infelizmente, ao optar por não avançar na auto-organização e manter a política de unidade permanente com a burguesia democrática, que foi aliada para sacar Somoza, como os Chamorro, a direção sandinista optou pela chamada economia mista. Também transformou as milícias populares num exército regular.

O acosso da contrarrevolução, tal qual outros exemplos históricos, contribuiu para o processo de burocratização, seja pelos elementos objetivos de centralização militar dos comandos, seja pelos elementos subjetivos que justificam toda e qualquer adaptação da linha da FSLN.

A década de 1980 foi marcada pelo enfrentamento entre os “Contra” (grupos armados financiados diretamente pelos

Estados Unidos) e o governo sandinista. Em 1º de maio de 1989, Ronald Reagan anunciou o embargo econômico, repetindo a estratégia utilizada contra Cuba e proibindo todo comércio entre os Estados Unidos e a Nicarágua.

“Nicaragua não será outra Cuba”. A saída era fomentar a revolução em toda a América Central, abrindo caminho para uma única república democrática centro-americana, de caráter socialista, que levaria a um novo impulso anti-imperialista no mundo. Em consonância com a direção cubana, contudo, a opção de Ortega e do sandinismo foi evitar a extensão da revolução, como escreveu Pedro Fuentes:

“(...) durante esse período de turbulência na América Central, a política seguida pelo regime de Fidel Castro foi aconselhar a Nicarágua a não se tornar uma nova Cuba e El Salvador a não se tornar uma nova Nicarágua. Fidel já havia, anos antes, voltado para a política do socialismo em um só país. Diante do surgimento da revolução na América Central, o Imperialismo foi obrigado a combinar dois métodos que chamamos de tática do porrete e da cenoura. Por um lado, promove um confronto utilizando os “Contra”, mas por outro, e como outra face de sua política e resultado da correlação de forças, iniciou um período de negociações que começou na cidade de Esquipulas e finalmente terminou em Contadora, onde o governo mexicano apoiado por Fidel Castro, interveio como mediador.”

A guerra, com a escalada da violência e do número de mortes, levou a um colapso econômico, fustigado pelas hostilidades dos Estados Unidos, levando à hiperinflação e à corrosão do valor real dos salários, chegando ao final dos 1980 realmente com a sensação de uma “década perdida” no imaginário popular.

Em 1990, a oposição de direita, com Violeta Chamorro à cabeça, venceu a eleição presidencial, na esteira do desgaste político e social do governo sandinista. A coalizão UNO (União Nacional Opositora) venceu com folga, dando fim aos onze anos de governo sandinista. Meses antes, uma reunião entre Chamorro e a

Casa Branca anunciava que a vitória opositora possibilitaria uma relação amistosa com os Estados Unidos, pondo fim ao embargo econômico.

Entre a eleição e a posse de Chamorro, a direção da FSLN operou a aplicação de duas leis que transferiram parte dos bens públicos, imóveis e carros – muitos deles expropriados no processo revolucionário de 1979 – para mãos privadas dos principais dirigentes sandinistas de então. Um verdadeiro escândalo mundial, que golpeou a moral e a política da FSLN, ficando conhecido como “La Piñata” (em alusão à brincadeira infantil comum na América Central, onde se deixam balas e brinquedos escondidos em um balão, do qual cada um pega o que pode como parte que lhe corresponde, quando se lhe estoura).

Assim, mesmo fora do governo, Ortega e a direção sandinista vão se aburguesando e perseguindo dissidentes. Um já rebaixado programa da FSLN é convertido ao social-liberalismo, aceitando explicitamente os ditames do FMI, concluindo um acordo com o direitista e corrupto Arnoldo Alemán. Para entrar nessa coalizão, Ortega se apega a bandeiras conservadoras, se declarando cristão “nos valores”, outra guinada conservadora para fomentar o pacto com o ex-presidente Alemán. Assim, Ortega voltou ao poder em 2006.

Enquanto aprofunda uma lógica econômica cada vez mais a favor do mercado, o regime de Ortega ao mesmo tempo segue uma lógica de endurecimento antidemocrático, que se expressou notadamente nas respostas à rebelião popular de 2018, na qual a luta dos aposentados e pensionistas contra uma reforma da previdência do governo foi respondida com enorme repressão, provocando indignação em todo país. Barricadas foram levantadas em praticamente todas as cidades nicaraguenses e a luta econômica de então transformou-se em uma luta política pelo fim do regime.

A violenta resposta das tropas de segurança provocou mais de 400 mortos, mais de 2 mil feridos e 800 presos políticos. A perseguição se estendeu também a familiares e outras pessoas

próximas aos assassinados, feridos e presos, levando a uma onda de repressão que se mantém até os dias de hoje e teve como último episódio o desterro, exílio e cassação da nacionalidade de centenas de ativistas de diferentes matizes, incluindo figuras históricas do sandinismo, como o própria Mónica Baltodano.

A solidariedade internacionalista e o lugar dos revolucionários

Em mais de 40 anos, os militantes marxistas revolucionários e internacionalistas não pouparam esforços para acompanhar e serem solidários com a Nicarágua. Sem dúvidas, depois da revolução cubana, a Nicarágua foi um dos países que mais despertaram interesse e acompanhamento por parte da esquerda em geral e de nossa corrente em particular. Nossa política pode ser vista em artigo de Laura Restrepo, publicado na Revista de América em 1977:

“Os revolucionários latino-americanos e de todo mundo devem prestar solidariedade à luta do povo nicaraguense e à FSLN, que atualmente enfrentam a ditadura sinistra de Somoza. E, para permitir às massas sua livre expressão democrática pela primeira vez em sua história, é necessário lutar não apenas pela queda de Somoza, mas também pela realização de eleições livres e de uma assembleia constituinte soberana, na qual o povo nicaraguense possa escolher livremente seu futuro”.

Essa longa história tem um ponto importante na conformação da Brigada Simón Bolívar. A corrente liderada por Nahuel Moreno, em 1979, nucleada em Bogotá, se apoiando na tradição marxista das brigadas internacionais durante a guerra civil espanhola, organizou o apoio militar à revolução. Assim, foi batizada com o nome do maior libertador das Américas, “Simón Bolívar”, a brigada que os trotskistas iriam impulsionar.

A heroica participação da BSB na revolução sandinista é um capítulo do qual os revolucionários devem se orgulhar. Isso não a exime de críticas – as quais, sem nos aprofundarmos aqui, fo-

ram reconhecidas por Pedro Fuentes, em seu livro *Setenta anos de lutas e revoluções na América Latina* (2021), ao dizer que não foi medido o nível de confronto com a direção sandinista ao insistir em não manobrar ou entregar as armas; assim mesmo, Pedro Fuentes considera que a direção da IV (Secretariado Unificado), na oportunidade, também errou ao aplaudir o tratamento autoritário dado à Brigada pelos sandinistas.

Os atritos e as diferenças com a direção sandinista não levaram a qualquer hesitação no apoio ao processo revolucionário nos anos 1980, sobretudo no combate aos mercenários armados, conhecidos como “Contras”. Os internacionalistas impulsionaram comitês de apoio em inúmeros países do mundo, com atividades culturais, arrecadação de fundos e operativos como envio de voluntários para as colheitas semestrais de café. No Brasil, os trotskistas chegaram a levantar a campanha “Um dólar pela Nicarágua”, reforçando o elo de solidariedade.

Perante a situação recente da Nicarágua, novamente respondemos aos ataques da ditadura com solidariedade internacional, fortalecendo e impulsionando os Comitês de Solidariedade com a Nicarágua por todo país e difundindo informações sobre o que ocorre hoje no país. A recente Caravana de Solidariedade que foi até a fronteira nicaraguense a partir da Costa Rica, contando com representantes de diferentes organizações de vários países, foi um grande exemplo desta postura, assim como a viagem da companheira Mónica ao Brasil e outros países da região no último abril.

Uma discussão teórica com a esquerda: o campismo é uma doença senil

A base argumentativa dos que justificam o apoio à ditadura Ortega combina confusão sobre a degeneração do sandinismo com a visão campista sobre a Nicarágua. O campismo ganha força nas discussões sobre a situação internacional, a guerra na

Ucrânia e a política para a ditadura de Ortega. Não se trata uma discussão nova, já que também esteve presente nas polêmicas sobre a guerra civil na Síria. Vejamos como definir teoricamente o campismo.

Como resquício da visão stalinista ainda na guerra fria, o campismo subordina os interesses universais e particulares da classe trabalhadora e do povo de um país oprimido a uma visão estatista. Vale tomar a citação de artigo de Luís Leiria:

“Ressurreição do campismo: Com o fim da Guerra Fria, parecia que as teorias campistas tinham os seus dias contados: deixara de haver “campo socialista” com o qual se alinhar. Mas o “campismo” renasceria, com algumas diferenças, mas muitas semelhanças com o anterior. Este ‘neocampismo’ já não se define pelo alinhamento automático ao campo da URSS, que deixou de existir, mas sim pelo apoio a qualquer regime ou força que seja hostilizada por Washington. (...)”

Isto é: a esquerda neocampista já não aplica a lógica de ‘o inimigo do meu amigo (a URSS) é meu inimigo’. O seu princípio agora é ‘o inimigo do meu inimigo (os EUA) é meu amigo’. O novo alinhamento automático, então, abarca todos os países ou instituições que Washington hostiliza, independentemente de se tratarem também de potências imperialistas onde muitas vezes vigoram regimes autoritários, como é o caso da Rússia. (...) O ‘escudo’ dos defensores do campismo é seu suposto anti-imperialismo. Sob a bandeira do anti-imperialismo defendem as piores atrocidades como a ditadura genocida de Assad na Síria, o clã Ortega na Nicarágua e Putin no seu expansionismo russo.”

No Brasil, diversas correntes ligadas ao Fórum de São Paulo sustentam a visão campista. Como escrevemos em artigo recente:

“Dentro do PT, alinhado com os partidos do Foro de São Paulo houve uma discussão que opôs, nas redes sociais, Alberto Cantalice, dirigente da Fundação Perseu Abramo, e Valter Pomar, do jornal Página 13, da tendência Articulação de Esquerda. Pomar expressa uma posição cada vez mais difícil de sustentar, mas que encontra eco no PT e em alguns setores da centro-esquerda, a fim de ‘relativizar’ os crimes de Ortega.”

Toda a retórica daqueles que defendem Ortega e seu regime para justificar tamanhas atrocidades, perpetradas inclusive contra antigos companheiros de luta, repetem a própria retórica do ditador, baseada na tese que é uma luta contra uma pretensa agressão imperialista, tese que não pode se aplicar à Nicarágua de hoje.”

Retomamos a noção do marxista Gilbert Achcar, ligado à IV Internacional, especialista em Oriente Médio, explicando o cerne da polêmica:

“Enquanto isso, o ‘campismo’ da Guerra Fria reemergia sob um novo disfarce: Não mais definido pelo alinhamento por trás da URSS, mas pelo apoio direto ou indireto a qualquer regime ou força que seja objeto da hostilidade de Washington. Em outros termos, houve uma mudança de uma lógica de “o inimigo de meu amigo (a URSS) é meu inimigo” para uma lógica de “o inimigo de meu inimigo (os EUA) é meu amigo” (ou alguém que eu deveria poupar de críticas, de qualquer forma). Enquanto a primeira levou a alguns companheiros de quarto estranhos, a segunda lógica é uma receita para um cinismo vazio: Focada exclusivamente no ódio ao governo dos EUA, leva a uma oposição irrefletida a qualquer coisa que Washington empreenda na arena global e à deriva em apoio acrítico a regimes totalmente reacionários e antidemocráticos, tais como o governo capitalista e imperialista (imperialista por todas as definições do termo) ou o regime teocrático do Irã, ou a regimes como Milosevic e Saddam Hussein.”

Onde as forças populares tomarem as ruas em defesa de ideais de solidariedade e liberdade, devemos apoiá-las. Onde multidões lutarem contra tiranos capitalistas, iremos impulsionar essas lutas, pautando a autodeterminação dos povos como um princípio inabalável do verdadeiro internacionalismo dos trabalhadores. É por isso que hoje denunciamos a ditadura de Ortega e estamos juntos com os trabalhadores e trabalhadoras nicaraguenses nessa resistência.

Colômbia

Petro dá um passo importante na reforma do gabinete: a Colômbia cruzará o Rubicão?

Pedro Fuentes¹

A eleição de Petro criou uma onda de entusiasmo em toda a América Latina. Pela primeira vez, a esquerda assumiu o governo, desalojando os partidos tradicionais: o uribismo e os liberais. Isso também significou fechar a porta para o estado uribista que o presidente Duque representava, um regime da oligarquia latifundiária, intimamente ligado aos grupos de autodefesa, paramilitares que faziam parte de uma política de terrorismo de estado. Agora, o presidente é um ex-membro da guerrilha militar M19, um veterano de ações militantes e com formação marxista.

Esse resultado eleitoral vitorioso foi o produto dos grandes dias de greve e mobilização, que foram, na verdade, uma rebelião inconclusiva, que obteve uma vitória contra a reforma tributária de Duque. Dizemos “inconclusiva” porque as greves e mobilizações indígenas e populares continuaram depois contra seu governo e sua repressão. Entretanto, o governo conseguiu evitar sua queda graças à intensa repressão, ao esgotamento da própria mobilização e à ausência de uma liderança que pudesse construir um poder alternativo.

A vitória do candidato de esquerda representado por Gustavo Petro (Pacto Histórico) e Francia Márquez (Soy Porque Somos), uma líder indígena e negra do Valle del Cauca, nas eleições de 19/06 só pode ser explicada pela ação anterior dos trabalhadores, jovens e indígenas mobilizados.

Como na grande maioria das eleições na América Latina (com exceção do México), o governo vencedor não teve maioria parlamentar. Assim, uma vez no poder, Petro pediu “unidade na-

¹ Dirigente do Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL).

cional para a paz”, fez um pacto com o Partido Liberal de Gaviria e formou um gabinete que foi chamado de gabinete de consenso nacional. De qualquer forma, com esse gabinete, ele foi mais longe do que o governo de Lula ou Boric fez com suas alianças. Ele destituiu cerca de 70 generais e comandantes militares e conseguiu, poucos dias depois de assumir o cargo, votar uma reforma tributária progressiva que taxava grandes fortunas.

Petro e seu “balconazo”

Após nove meses de um governo de acordo com o Partido Liberal, no qual a reforma da saúde, outras reformas sociais e a reforma agrária para assentar ex-combatentes e setores sem terra não puderam ser realizadas, Petro decidiu fazer uma grande mudança no gabinete ministerial, rompendo efetivamente o pacto com o Partido Liberal. Ele substituiu grande parte do gabinete, nomeando ministros que eram próximos a ele ou membros de seu partido. Em 14 de fevereiro, ele já havia anunciado isso perante o Congresso, quando disse que, se as reformas sociais (saúde, trabalhista e previdenciária) não fossem levadas adiante, “poderia haver uma revolução no país se elas fossem cortadas...”.

No dia primeiro de maio, Petro fez o que tem sido chamado de “balconazo” da casa do governo, localizada na Plaza de las Armas, que reuniu milhares de pessoas (o “azo” nasceu precisamente em Bogotá, em 1948, quando ocorreu o Bogotazo, uma rebelião popular após o assassinato do líder popular Gaitán pela direita conservadora). No Dia Internacional dos Trabalhadores, Petro fez um discurso bastante contundente.

“O povo não pode dormir. Não basta vencer nas urnas, a mudança social implica uma luta permanente e a luta permanente ocorre com um povo mobilizado e, à frente desse povo mobilizado, deve estar a juventude, os trabalhadores, a classe trabalhadora. A tentativa de restringir as reformas pode levar a uma revolução”.

Isso, de acordo com Petro, seria uma perda de tempo, e é por isso que ele disse que espera que os trabalhadores lutem. “Não iremos um metro além de onde as pessoas não querem que vamos. Tampouco iremos um metro a menos do que as pessoas querem que vamos. Iremos até onde as decisões do povo quiserem que vamos.” E ele insistiu que o governo precisa do poder do povo. “Eu me pergunto se chegou a hora de o povo trabalhador tomar decisões, não mais para simplesmente protestar, mas para decidir governar, um governo que tem de ser de maiorias, de um povo mobilizado.” Referindo-se à Reforma Agrária, Petro disse que “o setor dos privilegiados não nos oferece a terra voluntariamente”, de modo que o governo tem de ir atrás da terra se ela não for oferecida a eles.

Sua vice-presidente, Francia Márquez, falou da mesma forma naquele dia em Cali. “Hoje (1º de maio), o povo colombiano mostrou a vocês quem está no comando deste país. O povo colombiano está no comando, o campesinato colombiano está no comando, os afrodescendentes, os camponeses estão no comando, os jovens, os jovens de Cali estão no comando, e não tenho medo de dizer aqui que a ‘linha de frente’ está viva”.

Até onde Petro chegará na Colômbia?

As palavras são uma parte importante da política porque abrem um horizonte; em particular, Petro, em seu discurso, convoca o povo e os trabalhadores. Embora as palavras digam muito e tenham seu significado, elas não são o mesmo que os atos, que são o produto do que é dito e também do que é feito. Mas está claro que, com esse discurso, Petro está se distanciando da liderança do antigo Partido Liberal e buscando novos horizontes.

Ele também é um exemplo para nós, brasileiros, que contrasta como noite e dia com o que Lula está fazendo no Brasil. Até onde ele irá? Não sabemos. Em seu próprio discurso, Petro disse que não está fechado ao diálogo e à consulta, embora esteja claro

que pretende fazê-lo em um novo plano com um governo em que o Pacto Histórico tem hegemonia nos ministérios. Dependerá da relação que for estabelecida entre o governo e o movimento de massas, por um lado, e da força com que a direita reagir, por outro. E a pergunta de um milhão de dólares é se, após esse discurso, será estabelecida uma forma de poder popular, ou seja, se serão criados órgãos para discutir como levar adiante essas reformas e se Petro e Márquez os incentivarão.

Mantendo a independência organizacional em relação ao governo, parece-nos que esse é o caminho pelo qual a esquerda e os setores que surgiram da mobilização de 2021 devem se orientar. Promover novos organismos de poder operário e popular que apoiem as reformas, em um processo que pode ser prolongado no tempo. É claro que essa é uma visão de longe. O que é muito necessário é estabelecer um diálogo entre a vanguarda anticapitalista latino-americana e colombiana para não deixar passar esse momento e decidir como agir para ajudar a avançar o processo em direção a uma ruptura com a alta burguesia dominante do poder econômico. Muito dependerá do fato de a força demonstrada nas ruas fazer mais do que em 2021, se eles despertarem e se organizarem para levar adiante essas reformas e atravessar o Rubicão.

“Petro fez algo que as últimas gerações não haviam experimentado” – Entrevista com Paula Alvarez

Israel Dutra¹

Publicamos a seguir uma entrevista com Paula Alvarez, assessora da bancada do Pacto Histórico, coalizão do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, sobre os atuais enfrentamentos naquele país.

Movimento – Para iniciar, você poderia se apresentar?

Paula Alvarez – Meu nome é Paula Alvarez, sou cientista política e me envolvi socialmente muito desde muito cedo. Tínhamos um coletivo chamado Presentes pelo Socialismo. Talvez você conheça o professor Daniel Libreros, com quem estávamos envolvidos nesse projeto político. Mais tarde, ele se dividiu, mas estávamos em lados diferentes com a perspectiva de ocupação política. Comecei a trabalhar com questões ambientais e rurais, e hoje estou trabalhando como assessora no Congresso da República, com o senador Wilson Arias, da bancada do Pacto Histórico, que é a bancada do governo do presidente Gustavo Petro. Então, estou à sua disposição.

M – Estivemos com uma delegação do MES e do PSOL durante as duras eleições na Colômbia, onde houve uma vitória de Gustavo Petro e, sobretudo, com muita simpatia por sua trajetória. Naquela época, dissemos que a vitória de Petro foi uma mudança histórica, porque o regime colombiano sempre foi muito polarizado para a direita, com o peso dos Estados Unidos, com questões como a guerra civil, a guerra contra as drogas. Para nós, essa vitória foi um subproduto da mobilização popular, da ju-

¹ Secretário-geral do PSOL, é sociólogo, membro da Direção Nacional do partido e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

ventude, das greves, eventos que vemos com muita simpatia. E, agora, a imprensa brasileira noticiou que há uma crise política no governo de Petro, que parte do governo renunciou e que alguns de seus ministros foram substituídos. E agora Petro convocou uma mobilização popular desde sua sacada presidencial. Paula, você pode comentar um pouco sobre essa situação?

PA – De fato, o triunfo do presidente Petro e da vice-presidenta Francia Márquez tem um precedente muito importante, que foi a explosão social, a greve nacional que ocorreu durante o ano de 2021. Agora mesmo, em abril, estamos comemorando dois anos dessa importante explosão social, que demonstra toda uma gama de descontentamento com as políticas neoliberais e o governo Duque, um governo de direita, pró-Uribe, que estava no período anterior. Há uma combinação de situações de pobreza, de pandemias, de jovens sem educação e sem trabalho, uma crise social e econômica muito forte que leva a essa explosão social, que é o cenário que sustenta a candidatura do Pacto Histórico ao governo. No final, foi uma votação muito apertada, tivemos um segundo turno, mas entramos no governo. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que estamos no governo, mas não estamos no poder, não temos o poder. Nesse sentido, gostaria de delinear, para fins de compreensão, alguns elementos da situação política colombiana dos últimos acontecimentos, dos últimos meses, das últimas semanas.

A primeira coisa a ser destacada é que este governo veio com a ideia de fazer uma mudança, o governo da mudança. Nesse sentido, para fazer mudanças, temos que tocar os poderes estabelecidos e, nesse sentido, a principal bandeira e a principal reforma social que este governo tem é a reforma da saúde. Quando o presidente propõe essa reforma da saúde, ele está buscando principalmente pôr fim a um modelo de morte, a um modelo que beneficiou principalmente os prestadores de serviços de saúde (na Colômbia são conhecidos como EPSs), cuja ideia e gestão da

saúde é baseada em um mercado, um negócio. E, por essa razão, há um interesse muito radical por parte do presidente em acabar com esse modelo de intermediação financeira por parte das EPSs, que administram mais de 60 trilhões de pesos anualmente. Portanto, estamos tocando em uma das grandes potências econômicas com essa reforma e, é claro, quando estávamos propondo isso pelo governo, as reações da direita e da mídia foram absolutamente fortes contra o governo. É muito importante explicar isso porque esse é o cerne da discussão, a reforma que busca acabar com a intermediação financeira, com um modelo que está obsoleto, que já se mostrou ineficaz, que não permite que as pessoas, especialmente na Colômbia profunda, na Colômbia rural, tenham acesso ao direito à saúde e que prioriza um modelo de negócios. Portanto, se realmente queremos uma mudança, estamos discutindo com uma potência econômica que, como eu disse, administra uma cifra de 60 bilhões de pesos por ano. Portanto, esse é o cerne das dificuldades e o significado de toda essa discussão entre o governo e os partidos da coalizão.

O governo Petro, quando chega ao poder, não tem as maiorias necessárias para aprovar essas reformas no Congresso da República. E, nesse sentido, formou uma coalizão com partidos tradicionais – o Partido Conservador, o Partido Liberal e o Partido da U. Esses partidos, devido ao número de parlamentares, tanto na Câmara Alta quanto na Câmara Baixa, permitiriam que essas reformas avançassem e teriam as maiorias nas votações para a realização dessas reformas. Esses partidos, como já sabemos, são partidos muito burocráticos, com grandes expectativas de burocracia, poder, etc. E Petro fez uma coalizão nesse sentido, sabendo quem são esses partidos, que têm uma concepção conservadora, de direita, que vêm favorecendo e implementando todas as políticas neoliberais, mas digamos que era necessário que o governo fizesse essa coalizão para que as reformas pudessem avançar no Congresso da República. Quando começou essa discussão

da reforma sanitária, esses partidos tradicionais da coalizão têm interesses no setor de saúde, no setor de EPS que eu mencionei anteriormente, nas Empresas Prestadoras de Serviços de Saúde, e eles foram historicamente beneficiados, principalmente partidos como o Partido da U, o Partido Conservador, e também o Partido Liberal, e por isso começaram a rejeitar a proposta do governo, essa reforma que busca acabar com essa intermediação financeira. E foi aí que a coalizão no Congresso da República começou a passar por uma crise. Então, eu queria explicar um pouco essa parte para que os senhores possam entender por que a direita, a mídia, de forma contundente, vem atacando a reforma sanitária e, particularmente, a Ministra da Saúde da época, que é uma psiquiatra que vem das lutas sociais, e que é muito forte na defesa da reforma, porque digamos que ela teve muita dificuldade em toda a discussão em função dos interesses que eu já estou expressando aí.

Portanto, esse é um primeiro elemento que considero muito importante ter aqui. Um segundo elemento é que, na Colômbia, há atualmente um procurador-geral que tem o poder de suspender funcionários e, nesse sentido, o procurador-geral, que é da linha política do ex-presidente Uribe, também ameaçou investigar o Ministro da Saúde por uma questão de escassez de medicamentos. Portanto, há uma contra-ofensiva da mídia a favor dos EPSs e eles geraram uma atmosfera de dizer que o que queremos com a reforma é inventar um novo modelo e que isso significará que as pessoas não terão cobertura de saúde, como o modelo atual oferece. Mas o que não é dito é que esse modelo está configurado para as pessoas nas cidades e, principalmente, para as classes média e alta que têm acesso, mas as pessoas pobres, as pessoas nas áreas rurais, são completamente privadas desse serviço de saúde. Assim, por um lado, a coalizão governamental, com os interesses que já expressei ali, a favor das EPSs, que se beneficiaram durante anos delas, que financiaram suas campanhas

políticas e, portanto, não vão apoiar a reforma do governo. Por outro lado, uma procuradora-geral que, à menor possibilidade de avançar, usa as ferramentas que tem para suspender e desqualificar funcionários públicos, e isso já aconteceu na Colômbia e é uma grande ameaça.

Além disso, também acho importante ressaltar que o Pacto Histórico não é apenas um partido político, é uma coalizão. O Pacto em si é uma coalizão, que chegou a essas eleições, não é um partido político, então há uma série de diferenças internas dentro dos próprios congressistas, e também houve contradições, discussões e, é claro, quando elas se tornam opinião pública, isso favorece toda essa atmosfera contra o governo e a reforma que está sendo processada. Então, esses elementos me parecem importantes para colocá-los de forma que possam ser compreendidos e para poder apontar as decisões que o presidente teve de tomar diante desse cenário. Em março, há dois meses, o presidente mudou três ministros de seu gabinete, incluindo o ex-ministro da Educação, Alejandro Gaviria, que foi ministro da Saúde no governo Santos e que também, enquanto estava no governo, como parte do governo do presidente Petro, e teve contradições e diferenças com o ministro da Saúde e com o próprio presidente.

Então, o Presidente Petro decidiu remover esses três ministros, ênfase, o Ministro da Educação, pelo antecedente que houve com o Ministro da Saúde. Em seguida, ele mudou o Ministro da Educação, a Ministro da Cultura e a Ministra do Esporte. E na semana passada, ele mudou outros sete ministros. Então, o presidente está percebendo, nesses oito, quase nove meses de governo, que não está havendo progresso, que há algumas dificuldades, que aqueles com quem ele entrou no governo não estão dando os resultados que temos para a perspectiva de um governo de mudança, e ele precisa fazer essa remoção e começa a mudar esses ministros, tanto há dois meses quanto na semana passada. O que isso significa? Bem, significa que houve também uma de-

cisão e uma radicalização, na nossa opinião muito boa, do presidente, tomando as decisões adequadas, e essas mudanças permitem que ele dispense cargos que ele havia entregue aos partidos da coalizão em áreas de governabilidade, que eu mencionei há pouco, e agora ele pode colocar ministros que estão mais alinhados com o projeto político. Então, nesse sentido, eu gostaria de destacar, por exemplo, a entrada da Ministra da Agricultura, Jhenifer Mojica, para substituir a Ministra Cecilia López, que era ministra do Partido Liberal, uma mulher muito adulta, com cerca de setenta e cinco anos, que esteve em todos os governos e que, realmente, em sua tarefa de realizar a reforma agrária, não fez muito, porque ela obedece aos interesses de classe, à classe dominante do país e não avançou nas intenções do presidente, que é a questão da reforma agrária.

Por isso, quero ressaltar que, nessa nova mudança ministerial, a entrada da Ministra da Agricultura é algo muito positivo. Eu gostaria de destacar aqui também a saída, como eu já disse, da crise que nós temos com a reforma da saúde, porque toda a discussão que está acontecendo lá no fundo, afetando os poderes econômicos, o presidente teve que tomar a decisão de afastar a Ministra da Saúde, que estava fazendo um papel muito defensivo na reforma, mas o presidente entende que ela está gerando muito barulho no governo, é assim que vemos, e ele decide removê-la, mas coloca alguém em quem confia absolutamente, Guillermo Alfonso Jaramillo, que foi seu Secretário de Saúde quando Petro era prefeito de Bogotá, o que é muito importante. Há também mudanças no Ministério do Interior, vocês podem ver quais são os outros ministérios, mas eu queria destacar esses acima de tudo, porque, no final, acho que essa leitura tem que ser entendida, e estou tentando colocar os elementos para que seja entendida como a questão da reforma da saúde, mas também uma situação em que o governo analisa que a coalizão não está aprovando essa reforma e decide, então, fazer algumas mudanças e também

toma a decisão de fazer algumas mudanças.

Além da mudança de ministros, o governo também tomou uma decisão: não estabelecerá mais comunicação com as lideranças dos partidos tradicionais da coalizão, mas, para recuperar a governabilidade e permitir que esses projetos de reforma avancem no Congresso da República, manterá um diálogo direto com os congressistas, e não com as lideranças e os chefes desses partidos tradicionais. Essa é uma mudança muito importante que ocorreu e também vimos que muitos dos membros do Congresso desses partidos tradicionais se rebelaram contra seus chefes e estão, digamos, do lado do governo do Presidente Petro. Portanto, estamos vendo uma mudança notável, não mais uma relação com os chefes dos partidos, mas especificamente com aqueles que têm de votar os projetos de lei, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado da República. Bem, acho que é muito importante destacar o seguinte: essa reforma da saúde é uma das três principais reformas que o presidente indicou. São as três grandes reformas que ele quer processar e, nesse sentido, ele precisa claramente recuperar a governabilidade, ter uma maioria no Congresso para que a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência possam avançar. Portanto, isso é muito importante. Evidentemente, também tudo o que vem da reforma agrária, não é? Isso também é extremamente importante em um país que, como disse Israel, é um país onde a guerra, a desapropriação de terras, o deslocamento maciço de camponeses fez com que a terra se concentrasse; em nosso país, temos os mais altos índices de concentração da propriedade da terra, quase 0,9 do índice de Gini.

Portanto, a discussão sobre a reforma agrária não é uma questão menor, não é mesmo? Temos aqui uma luta contra os latifundiários, os traficantes de drogas e os paramilitares que concentraram a terra no país. Esses são alguns elementos que acredito estejam presentes e que são muito importantes e onde, insisto, o

neoliberalismo tem se posicionado, certo? A questão da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência, também vai nos levar a discussões muito fortes com as grandes potências que administram os fundos de pensão privados e com os empresários e com toda a classe política e dirigente do país que terceirizou a mão de obra, que fez com que os trabalhadores perdessem os direitos que conquistamos no passado.

Por exemplo, a Reforma Trabalhista, basicamente o que ela pretende fazer é retomar, voltar àquilo que tínhamos antes do presidente Uribe, que acabou com os turnos noturnos, com as horas extras, com a jornada de trabalho, com a questão da sindicalização, com os direitos coletivos. Portanto, estamos tentando recuperar as coisas que tínhamos antes e que a extrema direita nos tirou no governo do presidente Uribe. Portanto, estamos tocando, e este governo está muito determinado a fazer reformas estruturais que visam o coração, como eu disse, do modelo neoliberal. Portanto, as potências financeiras e econômicas estão se unindo para revidar e é isso que está no centro do que temos no momento no país. E para finalizar esta parte, gostaria de insistir no seguinte: pessoalmente, acredito que a proposta do Presidente Petro, nesse cenário que já descrevi, de chamar os cidadãos às ruas para defender as reformas por meio da mobilização popular é um elemento muito bom.

Como você disse no início, o governo desde a sacada. Petro fez algo que as últimas gerações não haviam experimentado, que é chamar a multidão, os trabalhadores, os jovens, os manifestantes, os camponeses, os indígenas, as mulheres, os trabalhadores, para irem à praça do Palácio de Nariño, onde o governo funciona, onde fica o gabinete do presidente, e Petro faz discursos na sacada, por isso o nome, no palácio há uma sacada, e ele se dirige aos cidadãos, ao povo, apresentando as reformas. Agora, no dia 1º de maio, ele também nos convidou a defender essas reformas nas ruas, é uma insistência que o presidente está fazendo, parece-me

que isso é complementar ao que também está sendo feito no nível do Congresso, devido à necessidade de processar essas reformas e de termos a maioria dos votos para aprová-las. Portanto, acho que esse é um exercício que o presidente está desenvolvendo.

Não temos uma tradição disso na Colômbia porque nunca tivemos um governo progressista, as marchas que sempre foram realizadas eram contra o governo. Agora estamos começando a ter marchas a favor do governo, apoiando o que o governo está fazendo, então estamos apenas começando esse caminho. Tem sido muito difícil. Enfatizo que o papel da mídia tem sido brutal contra o governo, contra todas as propostas em geral, tem sido muito difícil e, infelizmente, o governo não tem conseguido transmitir as conquistas e o que está sendo feito. Eu acho que houve uma grande fraqueza em termos de comunicação, em termos de divulgação do que esse governo está conseguindo fazer, tudo é monopolizado pela grande mídia, pelos grandes grupos econômicos, então o governo não tem um grande microfone para fazer isso, e é por isso que o presidente, a maneira que ele tem de fazer isso é através da sacada, diretamente para as pessoas. Mas, em segundo lugar, por meio do Twitter, como a única maneira de se expressar, porque há realmente um cerco da mídia de massa. Nesse sentido, a situação que temos, a convocação, a mobilização social em apoio às reformas para a mudança, estamos nos movendo no país em direção a algo muito novo, que é a democracia direta, certo? Em outras palavras, ir para as ruas e, bem, vamos ver o que sai disso.

Devo dizer também que a direita está vencendo no sentido de tirar proveito de algumas contradições internas do Pacto. Nunca havíamos sido governo antes, portanto, também há muitas lições a serem aprendidas, muitos erros, houve improvisação, e vocês sabem muito bem que a direita pega esses elementos, aprimora-os e isso lhes permitiu algumas vitórias, por exemplo, o que experimentamos anteontem com o Plano Nacional de

Desenvolvimento, onde, por exemplo, um artigo muito importante, relacionado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, foi incluído em um artigo muito importante do Pacto, Por exemplo, um artigo que é muito importante, relacionado ao acordo de paz, onde no Plano Nacional de Desenvolvimento foi proposto que todas as recomendações feitas pela Comissão da Verdade deveriam ser divulgadas, a direita pegou isso, se uniu como um bloco e conseguiu derrubar esse artigo no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Portanto, também gostaria de salientar que, assim como chegamos, metade da Colômbia votou em um projeto alternativo e metade da Colômbia votou na direita, e ainda temos essa leitura. Em outras palavras, eu não poderia dizer que há uma direita enfraquecida, acho que eles estão se unindo novamente, acho que eles também têm uma capacidade organizacional, ainda não, felizmente, uma capacidade de convocação, mas eles estão tentando ver o descontentamento, como as pessoas acham que nada está sendo feito e como podem atraí-las. Esse é um dos grandes riscos que temos no momento e, bem, nesse meio tempo, pouco a pouco, estamos progredindo em coisas que são muito importantes em relação à questão do fracking, em relação à questão dos serviços públicos, em relação à questão dessa reforma, Eu acredito que esses elementos são, nesses dias, definitivos no país e que nós vamos ver nas próximas semanas, com o novo gabinete, com a nova forma de se relacionar, não mais com os líderes partidários, mas diretamente com os parlamentares, uma mobilização popular maior que pode realmente oxigenar o presidente nesses próximos meses e, bem, no restante do governo. Eu deixaria essa primeira intervenção aqui inicialmente, caso o senhor tenha alguma preocupação, a gente pode conversar.

M – Sua intervenção foi espetacular! Tenho uma pergunta. O discurso de Petro no dia 1º de maio abordou a necessidade de

mobilização social. Duas coisas que nos interessariam do Brasil: você pode falar um pouco sobre a reforma trabalhista e a reforma previdenciária? Porque na França, por exemplo, a reforma da previdência é uma contrarreforma em que Macron quer tirar anos de trabalho das pessoas. Como seriam essas duas reformas no governo de Petro? A segunda parte da pergunta tem a ver com a rua e as pessoas, como as pessoas estão recebendo esse movimento, esse chamado para a varanda e como está o nível atual de desenvolvimento do movimento social colombiano?

PA – Sim, bem, se você quiser, vou começar com a reforma da previdência. Na reforma da previdência, há uma realidade: o presidente Petro não está propondo um sistema público de previdência. Na verdade, em sua campanha, o que ele propôs é que teríamos que ter a pensão no fundo público até quatro salários mínimos e, depois de quatro salários mínimos, a contribuição iria para os fundos privados, no que é conhecido aqui como conta poupança individual. Não sei se é a mesma coisa no Brasil. Mas digamos que na Colômbia haja um sistema de pensão misto; há a Colpensiones, que administra o sistema público, o sistema de prêmio médio; e há os fundos de pensão privados, que é o sistema RAIS, que é a conta poupança individual. Sabemos claramente a diferença entre um e outro, aqui há o direito à aposentadoria, entendido como proteção social. Enquanto no outro modelo privado há o modelo de poupança individual, o modelo que não vê isso como social, mas como o que cada indivíduo pode economizar em sua vida, e então eles lhe dão esse dinheiro, mas não no nível do direito a uma pensão, que é a nossa discussão básica.

Assim, a proposta do governo do Presidente Petro estabeleceu que até quatro salários mínimos teriam de ser contribuídos aqui no esquema público e, depois de quatro, na conta poupança individual, em um experimento de fusão dos dois sistemas. Essa é a proposta que venceu no programa político de Petro, e que conhecemos na Reforma da Previdência que foi apresentada no

mês passado. Infelizmente, a proposta dos quatro salários mínimos não aparece, mas sim três salários mínimos para o regime público e, a partir do terceiro, no regime de prêmio médio. O que valorizamos e quais dificuldades vemos?

Gostaria de falar sobre os aspectos positivos e negativos. Na Colômbia, cerca de oitenta por cento ou mais, eu acho, mas é melhor dizer em milhões, cerca de dezoito milhões de trabalhadores, na Colômbia, ganham entre um e três salários mínimos. Portanto, esses trabalhadores e essas contribuições entrariam no sistema público de uma só vez. Porque na Colômbia há muito poucos, digamos, um pequeno grupo de trabalhadores que ganham mais de três, quatro, cinco salários, certo? Então, aqui eu gostaria de enfatizar que, se a proposta permanecer como está no momento, com três salários mínimos, estaríamos tirando do esquema privado, que no momento tem muitos desses dezoito milhões de trabalhadores afiliados ao sistema privado, estaríamos tirando essa grande massa de trabalhadores dos fundos privados para colocá-los na contribuição pública. Esse é um elemento positivo.

No entanto, a reforma, e é aqui que entra o lado negativo, a reforma, conforme proposta atualmente, entraria em vigor em 1º de janeiro de 2025. E ela propõe que o esquema privado não forneceria mais pensões. Em outras palavras, tudo seria assumido pelo sistema público. Se quiser, posso lhe enviar um pequeno pedaço de papel para descrevê-lo mais tarde, pois não sei se estou sendo suficientemente clara. Mas o que quero destacar aqui é que os fundos privados, com a reforma da previdência da forma como está, não estariam fazendo aposentadorias, mas apenas captando as contribuições dos trabalhadores que ganham mais de três salários mínimos, e que esse dinheiro iria para a caderneta de poupança individual, e que somente quando a pessoa atingisse o tempo e a idade, esses fundos liberariam o dinheiro para dar a essas pessoas. Que, no final, o dinheiro que os fundos

privados teriam captado, eles continuariam a fazer todos esses investimentos, todo esse capital financeiro, tudo ficaria preso nos fundos privados, enquanto a Colpensiones teria que estar aposentando os trabalhadores porque eles têm que pagar o dinheiro aqui imediatamente.

Em outras palavras, há uma questão que estamos avaliando e, de qualquer forma, também temos uma preocupação em relação a isso, não é mesmo? Juntar e fazer um mix, uma mistura dos dois sistemas, do sistema público e do sistema privado. O setor privado, os fundos de pensão, os bancos, todos eles estão interessados, e essa é a grande preocupação que temos, que o limite não seja de três salários mínimos, mas de dois ou um. Imagine só, isso seria desastroso. Isso também significaria que, especialmente para as pessoas de classe média, uma pensão, quando elas tiverem direito a ela e completarem as semanas, se atenderem aos requisitos, seria muito baixa. Estaríamos quase dizendo que, se o limite fosse reduzido no momento, de três salários ou menos, estaríamos dizendo que os aposentados na Colômbia teriam uma pensão máxima de um salário mínimo, não é mesmo? Por causa de algo que os economistas chamam de taxa de substituição e assim por diante.

Portanto, há uma forte discussão e essa reforma, apesar de já ter sido submetida ao Congresso, ainda não foi apresentada, os debates e as audiências públicas ainda não começaram, e essa discussão ainda está no início. Com relação à Reforma Trabalhista, como eu disse há pouco, basicamente o que o Presidente Petro está propondo ao país é recuperar direitos que já havíamos adquirido antes da entrada em vigor de uma lei, que é a Lei 789, não me lembro em que ano, mas foi no governo Uribe, onde o que Uribe fez foi acabar com as horas extras. Então, na Colômbia, por exemplo, os trabalhadores que trabalham depois das seis horas da tarde, nos finais de semana, nos feriados, tudo isso foi perdido. E aqui, essa reforma busca recuperar isso: pagar adicional-

mente e, como disse o presidente, fazer com que o dia seja dia e a noite seja noite. Porque aqui havia trabalhadores que começavam às sete da manhã e ficavam até as dez da noite, a jornada de trabalho não era respeitada, mas também as horas extras e tudo mais.

É uma questão de devolver o dia ao dia e a noite à noite, e então temos que pagar o que é pago aqui e, se forem pagas horas extras, as horas adicionais à jornada de trabalho. Também é muito importante nessa Reforma Trabalhista reconhecer, por exemplo, os trabalhadores que não estão em áreas urbanas ou rurais, em outras palavras, as novas formas de trabalho, não sei se no Brasil e em outros países há essa discussão com todas as plataformas digitais, esses entregadores, eles estão tentando regularizar isso; Se você quiser, eu posso escrever um artigo mais específico sobre essas reformas, sobre os pontos principais para que essa parte fique mais completa, mas infelizmente não é uma reforma que vai além disso, mas sim para recuperar o que nós perdemos e que é o básico que os trabalhadores deveriam ter e que eu insisto, como resultado do neoliberalismo, da direita neste país, nós perdemos uma série de direitos, que essa reforma basicamente busca recuperar.

E, finalmente, com relação à pergunta que você fez sobre mobilização, bem, acho que os setores organizados do país, incluindo professores, trabalhadores, jovens, mulheres, povos indígenas, comunidades afro, estão participando de muitas das convocações feitas pelo presidente. No entanto, estou preocupado que isso possa se desgastar um pouco, digamos, sem abusar, que seja tão frequente, porque, como eu disse, não temos essa tradição, sempre marchamos contra, e agora que estamos sendo chamados para marchar a favor é uma mudança que estamos começando a fazer. Então, você pode ver que há algumas marchas que não são tão massivas quanto gostaríamos, certo? Em outras palavras, isso também é uma realidade, mas também faço a aná-

lise de que não temos essa tradição. Ênfatizo muito isso porque é a nossa realidade.

E a outra coisa é o que eu disse há pouco, acho que é importante valorizar isso, e é que temos uma contraofensiva dura da mídia, da direita, que todos os dias está desinformando o país sobre o que o governo está fazendo, as pessoas comuns estão ouvindo isso e acreditam que nada está sendo feito, e quando o presidente convoca, essa pessoa decide não sair porque diz que Petro não está fazendo, Petro não está produzindo as mudanças que prometeu em sua campanha, então isso pode gerar um certo pessimismo, e isso pode ser um grande problema. Estou vendo isso, portanto, tenho essa preocupação.

Agora, Petro é uma pessoa que tem uma capacidade muito grande, ele não é um tipo de esquerda, em outras palavras, ele é uma pessoa que tem alguns pensamentos e uma proposta para realizar algumas transformações. Mas também acredito que ele tem muitas dificuldades no establishment. Neste momento, ele está na Espanha e, bem, vocês viram o giro dele na Espanha, ele está levando os principais empresários do país, bem, ele não vai se afastar disso. Acordos bilaterais estão sendo assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele está dando continuidade a uma linha daqueles que já conhecemos: reformistas. Nós, como revolucionários, também não devemos ter muitas expectativas em relação a isso, porque ele não acredita que os acordos de livre comércio vão acabar, que os acordos bilaterais vão parar de ser assinados; na verdade, ele já assinou com o Banco Mundial, com o BID, então acho que isso também é muito importante para nós.

Em outras palavras, na Colômbia não tivemos um governo com essas características, acho que ele será capaz de fazer algumas coisas, temos que acompanhá-lo, mas é claro que não é um governo revolucionário, um governo de esquerda. Talvez seja revolucionário no sentido de um regime político de direita, latifun-

diário, paramilitar e narcotraficante, não é? Isso sempre esteve no governo e o que o presidente está oferecendo é para combater isso. Portanto, há algo muito diferente, radicalmente diferente, mas eu diria que, em termos do que esse governo, pragmaticamente, para alcançar alguns resultados, como já mencionei, ele está fazendo acordos com os partidos tradicionais e, neste momento, está em turnê com a classe empresarial mais rica do país, que faz negócios na Espanha. Portanto, acho que também é muito importante levar isso em conta para fazer uma leitura completa.

M – Muito obrigado! Agora, uma última pergunta e você pode nos dar uma visão mais completa: você nos deu uma intervenção muito profunda sobre as características fundamentais da crise política, mas também sobre os elementos estruturais e as questões concretas de mudança, e acho que é muito bom o que você disse que o governo de Petro está radicalizando sua estratégia em uma relação de forças agora para impor uma mudança superior na direção de uma revolução. Mas acreditamos que o ecosocialismo e uma sociedade de bem viver, de vida saborosa, como disse Francia Márquez, têm de passar por uma mudança estrutural. Como você vê a situação da esquerda libertária, socialista e revolucionária na Colômbia e qual é a característica que temos pela frente para alcançar, não apenas no presente, mas no futuro, uma vida saborosa?

PA – Sim, vejo essa franja da esquerda acompanhando os processos nos territórios, nas questões muito importantes que estão sendo discutidas, por exemplo, o que tem a ver com projetos de transição energética, por exemplo, tudo o que tem a ver com descarbonização. Em outras palavras, eles estão envolvidos em questões muito importantes em nível territorial e, bem, também em um nível muito pequeno no setor burocrático do sindicato. Acho que é muito importante, eles também tomaram a decisão

de ter uma perspectiva crítica em relação ao governo, eles não fazem parte dele, não há companheiros, companheiros ligados ao governo, eles não estão lá. Acho que é muito necessário continuar fazendo o que está sendo feito, mas eu diria que na Colômbia nossa esquerda sempre foi muito crítica em relação ao governo antes, e agora também.

Bem, talvez por causa do meu trabalho e por estar no dia a dia, nas discussões no Congresso da República, eu tenha perdido um pouco desse sectarismo. Eu também tento ver o que podemos fazer e tento garantir que os projetos sejam aprovados da forma mais tranquila possível. Então, o que estamos fazendo é pegar as ideias que, por exemplo, estão sendo construídas contra o fracking. As posições mais corretas e o que temos de fazer para que sejam incluídas nos projetos e tentar aprová-las. Às vezes, podem ser coisas pequenas, mas digamos que entre isso e permanecer como espectador, criticando de fora, devido ao papel que desempenho no momento, não acho que seja a coisa mais conveniente a se fazer.

No entanto, há companheiros de toda a vida que têm uma perspectiva muito lúcida, além disso, porque muitas das preocupações, as críticas que eles fazem ao governo, a caracterização, a leitura da situação atual, são compartilhadas por muitos deles. Mas na implementação, no que temos que fazer no dia a dia, temos que fazer uma definição: ou você entra e tenta contribuir ou fica do lado de fora criticando como observador. Então, temos essa realidade e, bem, vamos ver como vai ser. No entanto, para concluir essa ideia, nós procuramos ler o que os nossos colegas que estão fora do governo estão dizendo e ter sempre esse polo de sustentação, para que não nos deixemos levar por toda essa dinâmica que é avassaladora, ou seja, todo dia tem uma série de assuntos, então hoje é saúde, mas amanhã é reforma trabalhista, mas depois de amanhã é a questão fundiária, mas depois de amanhã é educação, todo dia a gente muda de assunto e então

é muito vertiginoso, não é? Ser um governante e trabalhar no Congresso, aprovar leis, reformas, todo dia é vertiginoso.

Então, é preciso ler e entender como há uma leitura mais crítica que nos ajuda a tentar fazer o que estamos fazendo da melhor forma possível. Parece-me muito pragmático, mas digamos que tomamos a decisão de apoiar e levar este governo adiante da melhor forma possível, e esse é o nosso compromisso. Portanto, é para isso que estamos trabalhando no momento.

M – Muito bem, Paula. Mais uma coisa, acho que para encerrar, porque a entrevista é muito qualificada. Gostaria que você falasse um pouco, dentro do circuito que nós temos, sobre a relação com o Brasil e a Amazônia. Acho que você como ecosocialista, uma pessoa da questão ambiental, pode nos dizer o que podemos pensar em fazer juntos, como movimento social brasileiro e você da Colômbia, para a defesa da Amazônia, depois de anos de Bolsonaro e outros destruindo-a, ou tentando destruí-la.

PA – OK, é uma grande questão. Felizmente, ela também está na agenda do presidente e do presidente Lula. Acho que é uma questão que temos de trabalhar de forma muito articulada, porque aqui há negócios relacionados ao desmatamento, para o agronegócio, mas também os novos negócios de capitalismo verde que estão se enraizando na Amazônia, como esses projetos de pagamento por serviços ambientais, mercados de carbono, enfim, tudo isso que já conhecemos; e que na Colômbia não tem apenas um componente financeiro, de grandes negócios, mas também um componente de deslocamento, de desapropriação, a Amazônia certamente no Brasil também, com a existência de comunidades aborígenes e indígenas, que estão sofrendo uma situação de deslocamento, da chegada de novos atores em seus territórios que estão implementando todos esses projetos.

A expansão da fronteira agrícola nessa área é muito preocupante, os projetos, por exemplo, que já existem no norte da

Amazônia colombiana, plantações de óleo de palma, milho e soja, são muito preocupantes em termos do que significam o ecossistema amazônico, a água e a vida. Não vamos nos aprofundar, mas já sabemos de toda a contribuição que a Amazônia dá não só para os nossos países, mas também para o mundo. Portanto, é a grande ameaça, há muito capital, muitos interesses aqui e lá também. Permitam-me falar um pouco sobre projetos também relacionados à bioprospecção, produtos farmacêuticos, projetos de turismo de grande escala, ou seja, temos na região amazônica o que foi chamado de Capela Sistina da Amazônia, que é o Chiribichete, onde temos arte rupestre milenar, e então aqui há pessoas interessadas nesses grandes negócios, então a pergunta é: quais são os grandes negócios que estão tomando forma na região amazônica? Os grandes negócios que estão se formando aqui nesta Amazônia, em toda a nossa Amazônia, em todos os países amazônicos, estão afetando brutalmente os povos indígenas, os povos não contatados também, isso é muito importante, vocês sabem que há comunidades indígenas que decidiram viver isoladas.

Elas estão na selva, no interior e, cada vez mais, são ameaçadas pela presença de mais empresas petrolíferas, mineradoras, projetos agroindustriais, projetos de pagamento por serviços ambientais, tudo o que tem a ver com fármacos, com quem está fazendo inventários de fauna e flora, projetos florestais, enfim, pecuária, certo? Em outras palavras, todos esses são projetos aqui, os maiores impulsionadores do desmatamento, dos negócios, e eu acredito, Israel, Carolina e Julio, que temos de trabalhar muito juntos lá. Acho que é nossa responsabilidade mostrar o que está acontecendo ao mundo e, acima de tudo, apontar que o dinheiro e a cooperação internacional estão favorecendo essas empresas, ou seja, há projetos que vêm de dinheiro do Reino Unido, da Noruega, de grandes recursos de cooperação internacional de milhões de euros, que no final também estão ligados a grandes

ONGs corporativas. Então, eu acho que é muito importante revelar isso, trabalhar nisso e, sobretudo, gerar toda a solidariedade e articulação e trabalho conjunto, eu acho que nós temos que caminhar para isso muito rapidamente, porque é muito preocupante como a Amazônia está sendo morta e nós temos que fazer alguma coisa para acabar com isso.

M – Muito obrigado, Paula. Acho que encerramos a entrevista e queremos tentar ver se conseguimos fazer uma pequena reunião entre nossos ambientalistas da Amazônia, da reforma agrária e com você também, uma pequena conversa, certo? Uma entrevista, poderíamos pensar em algo para trocar experiências, o que você acha?

PA – Sim, talvez, bem, a única coisa que eu pediria é que pudessemos marcar uma data a tempo, porque agora estamos muito cheios no Congresso, temos muito trabalho a fazer. Mas quero lhe dizer o que acho importante. Não sei se vocês também têm esse caso das comunidades menonitas em seus registros. Uma comunidade religiosa que está em vários países, no Paraguai, na Bolívia, bem, é uma unidade religiosa que também está se apropriando de terras no norte da Amazônia, e isso é muito preocupante. Na verdade, estamos organizando um debate sobre esse assunto nas próximas semanas, portanto, estamos totalmente envolvidos nessa questão. Portanto, caberia a mim coordenar com vocês para ter o espaço e poder passar algum tempo com vocês em meio a toda a agenda de trabalho.

Brasil

Dois caminhos¹

Israel Dutra² e Thiago Aguiar³

A extrema direita está articulada em vários países para impor sua agenda de destruição de direitos, de liberdades democráticas e ataques contra as conquistas da classe trabalhadora. A eleição chilena do último domingo (7 de maio) acendeu um alarme, com a vitória nas urnas do Partido Republicano.

Nos Estados Unidos, o debate eleitoral se antecipa, com Trump intensificando a disputa. No Brasil, o retorno de Bolsonaro foi celebrado pelo setor mais atrasado do agro. Ao contrário de 2020, quando sua atuação nas eleições foi mais incidental e localizada, o bolsonarismo se postula para a próxima eleição municipal, com plano de disputar e polarizar várias capitais.

Na Colômbia, por sua vez, o governo dobra a aposta contra a oposição de direita. Diante do boicote parlamentar e da crítica nas redes à reforma de saúde proposta pelo governo, o presidente Gustavo Petro convocou à população a sair às ruas. Estamos convencidos de que não há outra saída para lutar contra a extrema direita, seja no Brasil ou no mundo, senão apostar na mobilização para garantir sólidas maiorias sociais a serviço de mudanças populares.

Enfrentar a extrema direita é a tarefa mais urgente

Está consolidado o lugar da extrema direita com peso de massas em boa parte dos países, em muitos em condições de disputar inclusive a hegemonia eleitoral, como Itália, Turquia, Brasil e Estados Unidos, os últimos já mencionados. Trata-se

1 Originalmente publicado em: <https://movimentorevista.com.br/2023/05/dois-caminhos> em 11 de maio de 2023..

2 Secretário-geral do PSOL, é sociólogo, membro da Direção Nacional do partido e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

3 Doutor em Sociologia (USP).

de uma disputa global, que envolve luta de ideias, disputa nas ruas, peso eleitoral e controle de redes comunicacionais ao redor de um programa.

A extrema direita, no seu viés neofascista, organiza milhões com suas bandeiras e sua perspectiva diante do desencanto quanto às alternativas “convencionais”. Pautas como imigração, negacionismo científico e climático, contra o direito reprodutivo das mulheres, exclusão da comunidade LGBTQIA+ são parte do repertório desses grupos políticos, por vezes disfarçado de “populismo de direita” como no caso francês, com Marine Le Pen aproveitando-se do desprestígio da reforma da previdência de Macron para disputar apoio eleitoral. Como já dito, atrás da aparência e da prédica falsa “antissistema”, se esconde o lado mais brutal e violento do capitalismo em sua fase de crise.

Diante desses acontecimentos, nos colocamos a questão: como disputar os milhões que se inclinam à extrema direita, como assistimos no caso chileno, mesmo após um enorme levante democrático em 2019?

Em primeiro lugar, é preciso tomar o problema do crescimento do neofascismo como central. Em seguida, compreender que a base social da extrema direita nasce do desencanto com os governos “democrático-liberais”, sejam eles de centro, direita liberal ou sociais-liberais. Então, construir táticas para confrontar os polos mais conscientes e militantes do neofascismo, constringendo, derrotando e desmoralizando-os. Por isso, é tão urgente a prisão de Bolsonaro!

É fundamental disputar as camadas sociais que são arrastadas demagogicamente para esses projetos, combinando táticas de frente única com a necessidade de novas expressões políticas capazes de suplantar alternativas supostamente “democráticas” que geram frustrações no movimento de massas.

Chile e Colômbia, caminhos distintos

Tomando um exemplo, com cuidado para não sermos mecânicos, temos duas respostas que estão sendo dadas para o acosso da extrema direita por governos que foram eleitos com expectativas de cumprirem demandas populares. Ambos são de alguma forma expressões (com mediações) de levantes populares que ocorreram na onda de manifestações nos últimos anos: o Chile, com o levante de outubro de 2019 contra o conservador e milionário Piñera e a Colômbia, com a greve geral de caráter insurrecional que quebrou o velho regime uribista representado por Iván Duque.

Gabriel Boric escolheu caminhar para o “centro”. Depois de ser eleito na expectativa de mudanças e de renovação, Boric buscou exibir moderação, retirou pautas centrais da agenda, como a estatização da previdência e privilegiou o diálogo com o senso comum e com a direita nas leis de “gatilho fácil” e de militarização do território mapuche.

Já Gustavo Petro, recentemente, fez um chamado à mobilização e um forte discurso no 1º de maio após denunciar as travas no interior da própria coalizão, que foi desfeita por não levar adiante propostas, como a da reforma na saúde, prometidas na campanha eleitoral.

No Brasil, construir um caminho nas lutas é o papel do PSOL

Lula está optando por governar dentro da “normalidade”, propondo enquadrar-se ao “arcabouço” fiscal e tornar o movimento social passivo. Essa é uma receita para desgastar sua base social, preparando o terreno para uma nova ofensiva do bolsonarismo.

Devemos nos preparar para construir uma saída que combine a luta em frente única dos movimentos sociais para derrotar a extrema direita e construir pontos de inflexão para agendas e demandas mais avançadas com a preservação de uma alternativa

com independência para defender um programa para além da *realpolitik* lulista.

No caso do “arcabouço” fiscal, com os acenos claros do Ministério da Fazenda ao mercado, temos a imposição da doutrina fiscalista, sendo o próprio governo o motor do ajuste contra o povo pobre. Vale citar um dos textos mais recentes do economista David Decacche que, nas redes e na sociedade, vem denunciando o caráter regressivo do novo regime fiscal proposto pelo governo:

“É fundamental dizer em alto e bom som que a austeridade fiscal destruirá o salário mínimo, a saúde, a educação e o futuro das nossas crianças. Que a austeridade significa menos dinheiro para o povo e mais lucro para os bancos e super-ricos. Que precisamos derrotar a austeridade para garantir um teto para quem não tem e empregos para os que querem construir esses tetos.”

Nosso programa de ação deve ser amplo: como tarefa essencial, deve construir a campanha pela prisão de Bolsonaro; aproveitar a ampla margem de apoio para baixar os juros na batalha do BC; revogar a reforma do ensino médio; rechaçar o “arcabouço” fiscal, buscando ampliar as fontes receitas, como a taxaçaõ de grandes fortunas, dos lucros, dividendos e heranças, além de uma séria auditoria da dívida pública, entre outras medidas, para sair da lógica de algum tipo de teto de gastos.

Para defender essas bandeiras, precisamos de um PSOL forte, independente e anticapitalista, que vote contra o ajuste fiscal e apoie o conjunto das mobilizações sociais.

Equipe econômica pretende revogar os pisos da saúde e educação por conta do novo arcabouço

David Deccache¹

A equipe econômica acabou de reforçar que pretende revogar os atuais pisos da saúde e educação por conta do novo arcabouço.

Uma das coisas mais lamentáveis no processo de aprovação do Novo Arcabouço Fiscal foi o caráter pouco democrático que a equipe econômica tratou os defensores da saúde e educação no processo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por exemplo, respondeu detalhadamente na Audiência Pública da Câmara dos Deputados os questionamentos da extrema direita sobre a nova regra fiscal, mas ignorou de forma nada respeitosa a pergunta da deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS) sobre as pretensões da equipe dele para os pisos da saúde e educação. Uma falta de respeito à democracia e ao debate econômico necessário sobre o futuro de dois dos mais importantes serviços públicos.

O questionamento surgiu porque os pisos da saúde e da educação, conforme conquistados pela luta da classe trabalhadora, têm garantia, na Constituição de 1988, de crescimento atrelado a 100% do aumento das receitas. Como o limite geral do novo teto é de 70% do crescimento das receitas, a velocidade de expansão atual da saúde e educação se torna incompatível.

De acordo com o site da EBC, a equipe econômica diz que “esses pisos criam problemas porque os gastos totais do governo estão submetidos a uma regra geral, que era o teto de gastos e será substituída pelo novo arcabouço fiscal. Dessa for-

¹ Assessor econômico do PSOL na Câmara dos Deputados, diretor do IFFD e doutorando em Economia (UnB).

ma, caso os gastos com uma das duas áreas (educação e saúde) cresçam mais que a média das despesas, sobra uma fatia menor para outros tipos de gastos”.

Ainda afirmam que “segundo Ceron, eventuais mudanças nos pisos com saúde e educação serão discutidas com os setores do governo. As alterações ocorreriam por meio de emenda Constitucional e seriam discutidas ao longo de 2024”

Hoje, conforme afirmado de forma nada transparente pelo Secretário do Tesouro, pretendem, sim, revogar os atuais pisos constitucionais da saúde e da educação.

É claro, ele fez anunciar a intenção de forma um tanto quanto cínica, ao dizer que “Ninguém está discutindo tirar piso, reduzir, nada disso”. Como assim, secretário? É óbvio que está, secretário. Seja mais transparente, por favor.

Conforme as outras matérias, a alteração é justamente para reduzir a velocidade de expansão atual conforme a Constituição prevê. Inclusive a regra que ele próprio cogita, de correção pelo PIB per capita, implica em redução brutal dos gastos constitucionais com essas áreas.

Infelizmente, o ministro Haddad negou o diálogo sobre o tema com a esquerda quando teve a oportunidade. Poderia desmentir na audiência pública o que eu digo, mas se calou de forma nada ética – portanto apenas confirma a nossa denúncia.

Deveria ter exposto a intenção antes da aprovação do Novo Arcabouço Fiscal. Espero que o faça o mais rápido possível para que o debate na sociedade, e agora no Senado, seja mais honesto e baseado em dados sérios também para setores como saúde e educação.

Por um mundo ecossocialista!¹

Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL)

Mude o sistema, não mude o clima!

A I Conferência da Amazônia do PSOL ocorre em um período histórico e decisivo para o futuro da humanidade. Em meio à destruição de ecossistemas, desmonte de políticas ambientais e ataques aos povos dos rios e das florestas, a humanidade viveu recentemente uma pandemia e enfrenta mudanças climáticas, o que coloca na ordem do dia a necessidade de intensificar a luta contra este sistema que se sustenta no lucro em detrimento do bem-viver do povo.

Amazônia: palco de conflitos, território das lutas!

O território estratégico dessa luta acontece, aqui, na Amazônia, pois além de representarmos 5% do planeta e 58% do território nacional, possuímos 25% de todas as espécies de peixes, animais e plantas, 20% da água doce do planeta, 180 etnias de povos indígenas, e cerca de 14 milhões de famílias urbanas e rurais. A Amazônia é estratégica e sua defesa tem que estar no horizonte estratégico do PSOL.

Historicamente, desde a militarização das margens dos rios e da colonização genocida dos povos da floresta, passando pelos projetos recentes agrominerais e hidrelétricos, os grandes projetos planejados para a Amazônia têm sido economicamente concentradores de renda, socialmente excludentes, ambientalmente predatórios e culturalmente racistas. Seja no campo ou na cidade, o que predomina ainda é o uso da força, a expulsão da terra, a criminalização dos movimentos sociais, a não participação dos povos da Amazônia na definição dos modelos de desenvolvimento adotados na região, a cooptação

¹ Artigo originalmente publicado em <https://movimentorevista.com.br/2023/05/por-um-mundo-ecossocialista> em 19 de maio de 2023.

de lideranças, as ameaças e até os extermínios, ainda comuns contra lideranças que ousam lutar em defesa de seus territórios e direitos.

Os povos da Amazônia estão sob um cerco de morte, a mando de latifundiários, grileiros, madeireiros e garimpeiros, com o apoio das elites rurais e urbanas. Ao sul do bioma amazônico, o “arco do fogo”, consórcio de madeira, gado e soja pressionam para avançar sobre a floresta. Ao norte, a rede de garimpo ilegal utiliza o mercúrio para envenenar as águas e o solo como forma de eliminar Yanomami e outros povos indígenas e ribeirinhos. À leste, os grandes projetos mineradores do Programa Grande Carajás se interliga ao escoamento de soja a partir do Maranhão, tornando essa região uma das mais violentas do mundo, com constantes assassinatos de quilombolas, indígenas e trabalhadores rurais. À oeste, as fronteiras da Amazônia e as terras indígenas continuam desprotegidas e disponíveis ao tráfico, desmatamento e pistolagem com desfechos gravíssimos, como o caso do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, assassinados em 2022.

A resistência dos povos da Amazônia!

Diariamente, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores e demais trabalhadores rurais seguem na resistência a esse cerco de morte, e o PSOL precisa estar lado a lado com estes sujeitos da luta. A saída jamais pode ser a pactuação ou aliança com as elites urbanas e rurais, que há décadas se revezam no poder, e são responsáveis pela sustentação desse modelo de desenvolvimento excludente, predatório e racista.

Tampouco, podemos nos iludir com o mantra do desenvolvimento sustentável ou da economia verde, conceitos em disputa, apropriados pelo sistema capitalista, para avançar sobre novas fronteiras, abrir novos mercados, manter sua lucratividade, enquanto o povo padece com a miséria e baixos indicadores sociais.

A financeirização da natureza e a privatização dos recursos naturais também não podem ser apontados como alternativas, pois provocam insegurança e degradação de povos, culturas e sabedorias milenares, das nossas florestas, rios e sociobiodiversidade. A saída é o ecossocialismo!

O caminho é o ecossocialismo!

O PSOL precisa ter em sua estratégia a luta pelo ecossocialismo. O sistema capitalista, desde o século XVIII tem seu crescimento ilimitado baseado na exploração dos combustíveis fósseis e isso tem nos conduzido a uma catástrofe ecológica e a mudanças climáticas. É o sistema do capital que divide a sociedade em classes sociais, concentra, acumula e expropria riqueza, explora o trabalho da maioria das pessoas que vivem na pobreza, utiliza o Estado para legislar a seu favor, subjuga a natureza e destrói o meio ambiente, os territórios e os povos que ali vivem.

Para enfrentar esse sistema, é necessário defender e construir um outro sistema alternativo e radical que integre ecologia e socialismo, e que permita a apropriação dos principais meios de produção e a instauração de um planejamento democrático, participativo e ecológico. Por mais que não pareça palpável no momento, precisa estar em nosso horizonte estratégico, pois o ecossocialismo é o único caminho possível e que a esquerda no planeta não poderá se furtar de construir. É um caminho civilizacional, que implicará em um novo modelo de vida, sustentado pelos valores da solidariedade de classe, da democracia substantiva, da cidadania ativa, da liberdade e respeito à terra. A Mãe Terra!

Entendemos, também, o ecossocialismo como uma exigência política e ética que orientará nossas ações em defesa da Amazônia e de seus povos, bem como do planeta. E que estamos dispostos a aprender com os conhecimentos ancestrais

dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais de como cuidar da terra e de seus povos. O mundo será ecossocialista!

Nesse sentido, não há defesa de território, não há defesa dos povos que vivem na Amazônia e da floresta e meio ambiente sem a superação do sistema capitalista e a construção de uma outra lógica de sociedade e de relação com a natureza. A defesa da construção do ecossocialismo é um convite aos militantes do PSOL na Amazônia, para que seja o nosso norte, que se materializa na defesa da proteção dos ecossistemas, da Reforma Agrária Popular, da Agroecologia, de um planejamento democrático, participativo e ecológico, de uma educação popular e emancipadora e está presente nas lutas pelo bem-viver e contra o agronegócio e os grandes projetos, como as usinas hidrelétricas, os novos poços de petróleo e as ações predatórias das mineradoras.

Homenagem

A última batalha de David

Honório Oliveira¹

Após 9 meses de uma duríssima batalha pela vida, David nos deixou. Escrevo essas linhas após me despedir dele no dia de ontem. Com a certeza de que, como para tudo o que queria na vida, lutou até onde pôde.

Nesses 9 meses, foi desenganado 3 vezes e, para o espanto dos médicos, ele voltava e se recuperava. Sua força era extraordinária. Um menino que nasceu na favela do Jacarezinho não nos deixaria sem lutar até o limite.

Conheci David na campanha de asilo para Edward Snowden no Brasil, no final de 2013. Tomamos um café em Ipanema e começamos uma parceria política que durou até 2022. Esses anos poderiam seguramente ser o roteiro de um filme eletrizante. Com David, o improvável era cotidiano. Era difícil de acreditar.

Em 2014, recebemos dele e Glenn o apoio à candidatura de Luciana Genro à presidência. Em 2015, abrimos a Casa da Juventude na Pedra do Sal. No mesmo ano, fizemos parte dos últimos vazamentos do WikiLeaks, que revelaram os grampos telefônicos em todo o primeiro escalão do governo Dilma. Descobri, incrédulo, analisando os documentos, que o telefone do avião presidencial estava grampeado.

Em 2016, elegemos David vereador pelo PSOL. Em 2018, perdemos Marielle. Ela e David eram amigos de bancada, estavam sempre juntos, pareciam até duas crianças alegres. Em 2019, ele assumiu a cadeira de deputado federal e estivemos no centro da Vaza Jato, fato que estremeceu e mudou os rumos do país. Sem ela, provavelmente Bolsonaro seria presidente novamente.

¹ Dirigente do MES e do PSOL-RJ.

A vida com David era assim, improvável, eletrizante, sem sossego. Em outro momento, tudo isso merece ser contado de forma mais detida.

Sinto saudades das coisas boas desse tempo. Rimos, choramos, lutamos e sentimos orgulho de tudo o que construímos.

Como um evento cósmico, David veio e, da mesma forma, nos deixou. Agora, depois de muito sofrimento, descansa. Sentiremos sua falta para sempre, amigo. Vá em paz.

